



CÂMARA MUNICIPAL
PAREDES

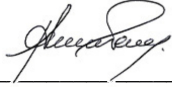

Handwritten signature
Handwritten signature

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES

QUADRIÉNIO 2017/2021

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL N. 7/17

2017/12/22

QUADRIÉNIO 2017/2021

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES, REALIZADA NO DIA 22 DE DEZEMBRO DE 2017

--- Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete, no Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, sob a presidência de JOSÉ ARMANDO COUTINHO BAPTISTA PEREIRA, secretariado por José Alberto de Sousa e Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu, respetivamente primeiro e segundo Secretários da Mesa.-----

Procedeu-se à chamada dos membros da Assembleia, verificando-se a ausência de: Mário Augusto Ferreira de Sousa, Cristina Maria Valente Monteiro, António Macedo de Lemos, Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes, José Fernando Ribeiro dos Santos e Artur Pereira da Silva.-----

PRESENÇAS POR SUBSTITUIÇÃO: Ao abrigo do artigo septuagésimo oitavo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro: Em substituição de Mário Augusto Ferreira de Sousa, Jorge Manuel Martins Jorge; Em substituição de Cristina Maria Valente Monteiro, Cristiano Marques da Costa; Em substituição de António Macedo de Lemos, Luís Jorge Ribeiro da Silva Coelho Gomes; Em substituição de Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes, Leticia Daniela Moreira de Sousa.-----

PRESENÇAS POR SUBSTITUIÇÃO: Ao abrigo da alínea c) do número um do artigo décimo oitavo da Lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze, de doze de setembro: Em substituição de José Fernando Ribeiro dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Beire, Paulo Faustino Ribeiro Pinheiro, Tesoureiro da mesma; Em substituição do Senhor Artur Pereira da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Paredes, José Alberto Lima Gonçalves, Secretário da mesma.-----





CÂMARA MUNICIPAL
PAREDES

O Vereador Filipe Carneiro não esteve presente, tendo-se feito representar pela Vereadora em Substituição Ana Georgina da Rocha Martins Fernandes. -----

--- Verificada a existência de quórum, pelo Presidente da Assembleia foram declarados abertos os trabalhos, sendo vinte e uma horas e dez minutos, tendo-se procedido à leitura da correspondência, a qual ficará arquivada no gabinete de apoio administrativo à Assembleia Municipal, para eventual consulta. Foi ainda dado conhecimento de uma comunicação do Vereador Elias Acácio da Silva Barros, que informa, nos termos do disposto no artigo 3º da redação atual da Lei 29/87 de 30 de junho, que continuará a exercer a sua atividade profissional de empresário, a qual já exercia anteriormente à sua eleição. -----

Foi dada posse aos deputados municipais Jorge Manuel Martins Jorge e Letícia Daniela Moreira de Sousa que, nos termos da Lei, prestaram juramento. -----

PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Assembleia, colocou à discussão e votação as atas das sessões ordinárias realizadas em catorze de setembro e vinte e um de outubro últimos, e da sessão extraordinária realizada em vinte e três de novembro último. -----

As atas foram aprovadas, por maioria, com vinte e cinco votos a favor, e vinte abstenções; por maioria, com quarenta votos a favor e cinco abstenções, e, por maioria com quarenta e dois votos a favor e três abstenções, respetivamente, conforme folhas de votação, que se anexam. -----

Foram abertas as inscrições para intervenções neste período, tendo-se inscrito: Albertino Borges, José Borges, Luís Rodrigues, Cristiano Ribeiro, José Carlos Silva, José Henriques Soares, Salomé Silva, Joaquim Bessa, Nuno Serra, João Gonçalves, Soares Carneiro, Rui Silva e Ricardo Santos. -----


Albertino Borges, Presidente da Junta de Freguesia de Parada de Todeia - Após cumprimentar os presentes, afirmou: *“Como é do conhecimento público, a escola primária de Parada de Todeia foi encerrada em 2014, no âmbito da reforma educativa do Concelho de Paredes, implementada pelo Executivo Camarário do PSD, com os votos favoráveis do PS, transitando os cerca de 80 alunos que a frequentavam para o Centro Escolar de Cete, tendo ficado o edifício escolar, composto por 4 salas independentes, devoluto desde essa data. Chegou muito recentemente ao nosso conhecimento, através de comunicação informal do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Vereador do Pelouro da Educação, que o anterior executivo Camarário terá assinado, em final de mandato, um protocolo com o Agrupamento de Escuteiros 609 de Parada de Todeia, com vista à utilização do referido edifício em regime de exclusividade. Esse protocolo, de cuja existência apenas tivemos notícia por essa via, terá sido concebido e celebrado no segredo dos gabinetes, sem que a Câmara Municipal tivesse o cuidado de auscultar a Junta de Freguesia, como, na nossa opinião, seria normal e desejável, numa matéria como esta, e sem ter em consideração a manifestação das vontades e das reais necessidades de todas as Associações existentes na Freguesia, carenciadas de espaço para desenvolver as suas atividades. Não estando em causa a idoneidade da Associação beneficiada por este eventual protocolo, em nosso entender, como, aliás, já tivemos oportunidade de comunicar ao Sr. Presidente da Câmara, no caso da finalidade deste edifício ser destinada à*



utilização por Associações, é da mais elementar justiça que este espaço possa ser partilhado com outras Associações e entidades de interesse público existentes na Freguesia, que prestam serviços relevantes à população e são reconhecidas dentro e fora da Freguesia, como é o caso, da “Banda Filarmónica de Parada”, conhecido grupo de “Zés Pereiras”, e da “CADOPATO”, Cooperativa domiciliária de água, e de outras, que, não dispendo de instalações sociais próprias, veem prejudicado o seu normal funcionamento e capacidade de desenvolvimento que, legitimamente, ambicionam. Numa terra onde não existe nenhum centro de dia para os idosos, onde não existe uma creche para as crianças, corremos o risco de ver, assim, goradas as possibilidades de utilização de um edifício que poderia enquadrar estas valências sociais, usando, em complemento, as instalações anexas que são da Junta de Freguesia, e que incluem um refeitório, uma sala para biblioteca, um recinto polidesportivo e respetivos balneários. A confirmar-se esta situação, estamos perante um caso de desperdício de recursos, fruto de uma decisão muito discutível e arbitrária, e que, em nossa opinião, deve ser revertida. Perante este cenário, solicitamos ao executivo camarário um esclarecimento sobre os termos e o alcance deste compromisso, e se equaciona a possibilidade de tomar medidas tendentes a corrigir a situação, para, com a colaboração da Junta de Freguesia, que quer cumprir as suas obrigações e não pretende abdicar dos seus direitos, colocar aquela infraestrutura ao serviço da população, de forma a suprir algumas carências que se fazem sentir na área social.” -----


José Borges, Presidente da Junta de Freguesia de Louredo - Manifestou a sua preocupação e desagrado em relação a uma comunicação enviada pelo Município às Juntas de Freguesia, onde se dá conta que, de futuro, deverão efetuar marcação de reunião com os Serviços Municipais, sempre que necessitem de a eles recorrer, bem como do facto de ter sido destinado um dia por semana ao atendimento dos Senhores Presidentes de Junta. Referiu o Sr. Presidente de Junta que, no seu caso particular, e porque paralelamente continua a exercer a sua profissão, não se dedicando, portanto, a cem por cento à Junta de Freguesia, estas novas regras provocarão alguns constrangimentos, uma vez que nem sempre poderá dispor do dia que está institucionalizado para o seu atendimento, tendo terminado a sua intervenção com um apelo à Câmara e ao seu Presidente, para que repensem aquela decisão e, se possível, a discutam com os Presidentes de Junta. -----

O Presidente da Mesa, deu conhecimento à Assembleia Municipal que o deputado Luís




Rodrigues membro da bancada do CDS-PP entregou uma “PROPOSTA” para que a Assembleia Municipal aprove um “VOTO DE LOUVOR” ao Paredes Golf Clube, e informou que, terminadas as intervenções, colocará este assunto à votação. -----

Luís Jorge Coelho Rodrigues (CDS-PP) - Iniciou a sua intervenção citando o que o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu na sessão extraordinária realizada no dia vinte e três de novembro último, aquando da prestação de esclarecimentos a propósito do relatório do auditor externo sobre a situação económica do Município de Paredes, no primeiro semestre do corrente ano: “... nesta rubrica, receitas, a Câmara recebeu qualquer coisa como 204 mil euros, da venda de um terreno em Baltar, que parece que causou alguma celeuma...”. Continuou fazendo uma analogia ao filme “Eu sei o que fizeste no verão passado”, referindo não saber o que alguns dos membros do Executivo da altura, e o então DAJAF da Câmara Municipal de Paredes, atual vereador, fizeram no que diz respeito ao protocolo celebrado entre a Irmandade da Misericórdia de Paredes e a Câmara Municipal. Este, previa a doação da antiga Escola EB2, 3 de Baltar àquela instituição. Pretendia-se a instalação de um lar destinado a portadores de doenças degenerativas. Por força de um protocolo assinado em setembro, prevê-se, como contrapartida, a cedência da Casa da Cultura ao Município por um prazo alargado para 50 anos. Manifestou também a sua preocupação e curiosidade com o facto de nesse processo, antes da escritura e depois da doação, a propriedade do terreno que era da Câmara Municipal de Paredes, fosse reclamada por um Sr. Arquiteto que, intitulado-se seu proprietário, apresentou dois pedidos de retificação das áreas. Que esse protocolo foi aprovado por unanimidade na reunião de Câmara e que a 8 de maio, foi votado por unanimidade nesta Assembleia. Continuou o deputado Luís Jorge Coelho Rodrigues, referindo que gostaria que os Paredenses em geral e os Baltarenses em particular tivessem conhecimento desta situação e dos prejuízos que pode acarretar para a Freguesia e para o Concelho, designadamente: Que crescimento a Freguesia e o Concelho deixam de ter se a situação assim se mantiver? Que número de postos de trabalho, diretos ou indiretos, deixam de existir por força do incumprimento? Que crescimento ou decréscimo do comércio e da indústria da Freguesia e do Concelho existirá se a situação se mantiver? Referiu ainda que o CDS pretende colaborar para o bem comum. Solicitou o auxílio do Sr. Presidente e do Executivo. Recordou que a 15 de setembro de 2007, a anterior Presidente da Junta de



Baltar, a Sr^a Vereadora Hermínia Moreira, o Dr Luciano Gomes, os Senhores José Maria da Silva Pereira, António Augusto da Silva Machado e Zeferino Leal, este enquanto gestor da empresa Gindungo que adquiriu os terrenos, estiveram presentes nesta Câmara Municipal a discutir a questão da sobreposição das áreas. Terá ficado acordado entre todos, Santa Casa da Misericórdia, o Município e o particular, que a situação seria resposta, viabilizando a construção do Lar. Refere que, na altura, o Partido Socialista se absteve. Questiona que medidas vão ser implementadas tendo em vista a reversão da situação. -----

Cristiano Ribeiro (CDU) - Saudou a Assembleia desejando sucesso no exercício das suas funções institucionais, para que constitua um espaço nobre, adequado e profícuo de intervenção pública. Seguidamente apresentou saudações ao Presidente da Câmara Municipal e à sua equipa de Vereadores, desejando-lhes, igualmente, um mandato ambicioso que dignifique e valorize os mandatos autárquicos municipais, desejos estes que estendeu aos Vereadores da oposição, a seu ver igualmente responsabilizados no decurso da atividade municipal. Seguidamente, em nome da CDU proferiu a seguinte declaração: *“Estamos perante um novo ciclo da política em Paredes. Avolumaram-se sinais de um certo cansaço da governação, diria mesmo de um certo desnorte. Há mesmo problemas que se tornaram enquistados como se a impotência prevalecesse sobre a oportunidade da resposta. Estou certo que todos, e digo mesmo, todos os presentes, sabemos quais são esses problemas. Julgo, portanto, necessário assumir-se esse facto. A seu tempo daremos as contribuições positivas que formos capazes de assumir. Assumiremos, no entanto, e dizemo-lo aqui, o estatuto de oposição sem adjetivos, irrelevantes para o caso. Em tempo de campanha eleitoral muito se prometeu, as ruas e praças estiveram cheias de propósitos e ambições, mas a realidade vai suavizar o ímpeto prepositivo. Os exemplos são vários. Não deixaremos de confrontar quem de direito entre o discurso de outrora e a prática do presente. Gostaria de fazer uma proposta que tem a ver com as alterações que houve, e que não sei se está assumida pelo Município e pela nova equipa governante da Câmara, que tem a ver com a praça da entrada da Cidade, praça ou praça 25 de Abril. Gostaria que pudéssemos obter um consenso generalizado para uma proposta que atribuisse o nome “25 de abril” a um arruamento ou a uma estrutura futura com significado. E gostaria também que, e também não sei se isto terá sido pensado, que a Piscina Municipal localizada em Recarei, seja denominada de vez de Recarei e não de um conjuntural sobre o Concelho. Fica a proposta, quem quiser que a assuma, nós*



bater-nos-emos no futuro para esta alteração.”. -----

José Carlos Silva (PS) - Afirmou o seguinte: *“O tema que está na origem desta minha intervenção, prende-se com o compromisso assumido pelo Presidente da Câmara Municipal de Paredes, durante a última campanha eleitoral e que é de capital interesse para os jovens Paredenses. Estou, nomeadamente, a referir-me à questão do pagamento dos manuais escolares aos alunos matriculados na escola pública para garantir o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares. Por essa razão e para nós jovens, ao respeitarem os critérios dos escalões definidos pelo Ministério da Educação, foi uma medida corretamente pensada, tendo em consideração que é o primeiro ano da sua implementação. Por isso falemos agora de factos concretos. Atualmente já foram pagos mais de 300.000 euros e apenas 50.000,00 se encontram em processamento. Ou seja, com uma simples alteração orçamental o executivo cumpriu a sua palavra. Infelizmente temos encontrado um grande desnorte por parte da oposição, que ao contestar esta medida do Partido Socialista, demonstra uma vez mais a dificuldade em aceitar que é possível concretizar com verdade e sem ilusões as propostas apresentadas durante a campanha eleitoral. Na política com verdade, que o PS defende, o discurso tem outro nível, alimenta-se de valores e não se constrói a partir de mentiras ou de suposições infundadas. Queria ainda enaltecer e reconhecer o trabalho do executivo do Partido Socialista, que cumprindo mais uma promessa eleitoral está a dar, de uma forma inteligente, nova vida à cidade de Paredes. Provando uma vez mais que é possível fazer muito mais e muito melhor, gastando pouco ou nada. Vejamos a quantidade de eventos culturais e desportivos que têm sido realizados para dar vida à cidade de Paredes, fortalecendo ao mesmo tempo o associativismo no nosso Município. Consideremos agora o Programa de Natal, que com uma iluminação que muito engrandece a Cidade, associada ao comboio e ao mercado de Natal estão na verdade a espalhar magia pela Cidade de Paredes. Estou certo de que ainda não chegamos onde queremos, mas já estamos mais perto do que quando iniciamos. Contem com os jovens de Paredes, porque com o PS Paredes tem futuro.”. -----*



José Henriques Soares (PS) - Proferiu a seguinte intervenção: *“A propósito das ideias que o PSD deu para o orçamento de 2018, li num jornal local que este partido pretendia que fosse considerado no orçamento o alargamento da rede de água e saneamento para as freguesias que ainda não a têm. Quero lembrar que a concessão foi, na minha perspetiva, o ato mais prejudicial para os Paredenses, de ontem, de hoje e de amanhã. Este contrato de concessão é da responsabilidade do PSD e tem uma cara associada – Granja da Fonseca. E há nomes que julgo*



serem do vosso conhecimento, que votaram nesta câmara a aprovação daquele “miserável” contrato: para além do próprio Granja da Fonseca, também Celso Ferreira, Raquel Coelho, José Manuel Outeiro e Raquel Moreira da Silva. O PSD aprovou 16 orçamentos na vigência da concessão. Durante este período já existiram vários momentos de renegociação da concessão e, só agora, que se sentaram na cadeira da oposição é que acham que se deve alargar a rede de água e saneamento para as freguesias onde ainda não existe. Não se preocupem, esse é o trabalho que nós vamos fazer. Sr. Presidente da AM, para finalizar queria deixar aqui uma pergunta ao PSD: sabem ou lembram-se qual foi a razão e a justificação política que o Presidente da Câmara há data utilizou para justificar tal “negócio”? Eu sei, mas não o vou dizer aqui. Perguntem ao Sr. Granja da Fonseca, leiam os considerandos do contrato e o péssimo estudo de viabilidade económica que ali existe. Tenho dito.”. -----


Salomé Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Rebordosa - Congratulou-se pelo facto do atual Executivo, apesar de estar em funções há pouco tempo, ter implementado uma excelente comunicação e colaboração institucional com a Junta de Freguesia de Rebordosa. Frisou, que pela primeira vez em doze anos, a Junta de Freguesia de Rebordosa é consultada e ouvida pela Câmara Municipal, pelo que deixa um “bem-haja” a este executivo. Relembrou também que, apesar desta colaboração que nunca antes tinha visto, só esteve presente na Câmara Municipal uma vez e que lhe parece que um dia por semana é suficiente para as Juntas tratarem dos seus assuntos, quando podem perfeitamente ser solucionadas através de e-mail ou outros meios ao dispor. De seguida, solicitou ao Executivo Municipal que, apesar da má herança financeira, faça um esforço e não esqueça as prioridades e as situações mais urgentes de todas as freguesias do concelho. -----

Joaquim Moreira Bessa (PSD) - Dirigiu-se ao Presidente da Câmara Municipal para o informar e manifestar a sua preocupação em relação a alguns aspetos que, em seu entender são prioritários para a freguesia de Astromil e para o Concelho, nomeadamente o estado da Estrada Nacional quinze, em toda a sua travessia do Concelho, particularmente entre Gandra e Baltar. Referiu que além do mau estado do piso, na freguesia de Astromil existe uma única passadeira para peões, e que é urgente e necessária uma outra, junto dos restaurantes Rolo e Boa Viagem. Refere ainda que um pouco mais acima do restaurante Rolo, se encontra a empresa Arocar, que é dos maiores




empregadores da freguesia, informando que mais de oitenta por cento da sua produção se destina à exportação e que é penalizada, há muito tempo, pelos acessos de que dispõe. Realçou que nesse local há terreno suficiente para ser criada uma rotunda a qual permitirá uma melhor circulação e um melhor acesso à referida Empresa. O segundo ponto teve a ver com o Hospital de Penafiel e o seu funcionamento, referindo que se envergonha de tais situações existirem no seu país, fazendo mesmo uma alusão a África, por onde andou, e onde faltava tudo, para dizer que a assistência nos seus hospitais tinha outro nível. Observou que a falta de pessoal, associada ao encerramento da urgência do hospital de Valongo, que servia de intermediário entre Penafiel e o Porto, prejudicou o atendimento e a gestão dos recursos. Referiu-se também à problemática da falta de água e de saneamento no nosso concelho, desejando, porque se trata de um problema de saúde pública, que este seja um assunto que encontre resolução brevemente. Por último abordou a problemática da anexação de freguesias, ocorrida em dois mil e doze, solicitando ao Presidente da Câmara Municipal que envidasse todos os esforços para ser devolvida a identidade às referidas freguesias. -----

Nuno Serra, Presidente da Junta de Freguesia de Lordelo - Reforçou o que foi dito pelo deputado Cristiano Ribeiro informando que o PSD, em reunião de Câmara, já sugeriu que à praça que fica em frente ao tribunal, fosse atribuído o nome de “Praça 25 de abril”, para dessa forma se homenagear esse acontecimento nacional. De seguida, debruçou-se sobre um assunto já abordado e que se prende com o atendimento aos Presidentes de Junta, dizendo, que em seu entender, não faz sentido a decisão tomada pelo Executivo. Disse que se encontra ao serviço da população que o elegeu e, nesse sentido, se sente obrigado a dar resposta, muitas vezes imediata, às suas preocupações e anseios, realçando o facto de que a leitura da urgência das situações com que se deparam os presidentes de Junta, é feita no dia a dia. Prosseguiu garantindo que não se desloca ao Município por questões insignificantes. Referiu ter consciência de que os Presidentes de Junta estão disponíveis para fazer uma parceria com a Câmara Municipal para que possam resolver os problemas das suas populações o mais eficaz e rapidamente possível. Por isso não pode concordar com esta medida, solicitando que seja repensada. Referiu-se à problemática da descentralização, que defende, fazendo referência ao facto de esperar que se concretize. Mais disse que, tal como o Presidente da Câmara Municipal é um autarca e como o





Presidente da Câmara Municipal foi eleito para representar o povo e trabalhar para melhorar a sua qualidade de vida. Finalizou referindo que a qualidade de vida não se compadece com a vinda à Câmara uma ou duas vezes por semana, dependendo, muitas vezes, de uma resposta imediata aos anseios e preocupações da população. Solicitou, ao Presidente a revisão desta medida. -----

João Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia da Sobreira – Disse o seguinte: “É com subido prazer que inauguro nesta tribuna a minha participação ativa na primeira Assembleia Municipal ordinária, eleita para o quadriénio 2017/2021. Julgo devido e oportuno começar a minha dissertação referindo que pela primeira vez, em 41 de Poder Local Eleito, o Partido Socialista, assumiu, por mandato claro dos eleitores paredenses, a governação da Câmara Municipal de Paredes. O Mérito da vitória é dos paredenses, mas teve um rosto e um estratega eleitoral: o Dr. Alexandre Almeida que na diversidade das suas escolhas e no rigor da sua conduta cativou e uniu o eleitorado em torno de um desígnio coletivo, sem desvirtuar a matriz ideológica em que assentava a sua candidatura. O Dr. Alexandre Almeida resistiu na sua cadeira de vereador sem pelouro, às investidas políticas e ataques ao carácter que visavam a sua desestabilização emocional, e assim provou a sua integridade moral e a sua resiliência face às adversidades, reais e fictícias, que em casa momento se lhe apresentavam; esta é uma das características fundamentais requeridas de um líder político para um concelho que reclama um modelo de governação diametralmente oposto ao que vigorou no anterior Executivo Camarário. O Senhor Presidente da Câmara, na carta por si enviada aos paredenses, iniciativa que aqui saúdo e aplaudo, fez uma síntese dos constrangimentos que o atual executivo enfrentou na elaboração do orçamento da Câmara que muito assertivamente definiu como um Orçamento de Má Herança e continuará a enfrentar, até que, como afirma, com rigor, trabalho e uma grande definição de prioridades, iremos resolver estes graves problemas, refere-se à impossibilidade, por lei, de baixar qualquer imposto e de receber fundos comunitários por causa do processo de irregularidades. Como Presidente de Junta de uma Freguesia que apresenta um claro défice nos indicadores de qualidade e bem-estar dos seus habitantes, não posso deixar de manifestar a minha incomodidade e a minha perplexidade pelo descalabro financeiro a que chegou a Câmara de Paredes, sem que tal, ao menos, tivesse um claro e positivo reflexo nos anteditos indicadores de qualidade. É certo, e por mim falo, que os Presidentes de Junta procuram o melhor para as suas comunidades e por isso mesmo defendem e reivindicam a promoção de investimento bom no território que governam, mas não é menos certo que os



Presidentes de Junta e os seus Executivos não podem ser agora apresentados como os destinatários dos investimentos, para dar cobertura e justificar a completa desorientação no lançamento de empreitadas em cima do período eleitoral, com exclusão e banimento do Presidente da Junta, sem qualquer tipo de controle e com claras ofensas aos interesses das comunidades locais e ao erário público. Concluo esta minha intervenção com uma certeza: com o Dr. Alexandre Almeida, Presidente da Câmara, o modelo de governação é distinto daquele que vigorava anteriormente e nós, os Presidentes de Junta, contamos nesse modelo de governação. Exmo. Senhor presidente da Assembleia, e Municipal Senhor Presidente da Câmara, em, V. Exas deposito, com extensão aos senhores funcionários de apoio à Assembleia, ao Exmo. Público e aos Senhores Jornalistas, os votos de Feliz Natal e de um 2018 à medida dos nossos anseios.” -----

Soares Carneiro (PSD) – Referiu que tem pelo Presidente da Câmara Municipal a maior estima e consideração pessoal, mas que, essa estima e consideração pessoal, não o impedirão de dele divergir do ponto de vista político. Continuou dirigindo-se ao Presidente da Câmara dizendo que a estratégia que publicamente apresentou, é uma estratégia conhecida, adjetivando-a de jogo político triste, mas muito usual. Disse ainda que o Presidente das Câmara é, no fundo, igual a todos os outros políticos, que ao longos dos anos têm vindo a descredibilizar a política, indistintamente dos políticos serem do PSD ou do Partido Socialista. Prometem na campanha eleitoral e depois de eleitos desculpam-se dizendo que não conheciam a situação real, referindo mesmo que seria caso para perguntar ao Dr. Alexandre Almeida, o que é que andou a fazer nestes últimos quatro anos. Diz termos assistido a isso quando o “Engº António Guterres culpou o Professor Cavaco Silva, quando o Dr. Durão Barroso deitou as culpas para o Engº António Guterres, quando o Engº José Sócrates deitou as culpas para o Dr. Pedro Santana Lopes e para o Dr. Durão Barroso e, por fim, não foi preciso o Dr. Pedro Passos Coelho deitar as culpas para cima do Engº José Sócrates porque a Troika teve que vir em nosso socorro”. Referiu ser um clássico, denegrir o passado para justificar a falta de cumprimento de promessas eleitorais, e que, em seu entender, as promessas eleitorais podiam e deviam ser cumpridas. Afirmou que mais uma vez não o serão, com a desculpa da “má herança”, como lhe chama o Presidente da Câmara Municipal. Citou o Presidente da Câmara, à época Vereador na oposição, quando disse: “...perante a análise deste orçamento, temos a clara perceção de que podíamos reduzir o IMI para a taxa mínima de zero vírgula três por cento, e como tal, não podíamos dar o voto favorável a



um orçamento que tem margem para aliviar a vida dos paredenses e das empresas paredenses e não o faz. E vou explicar porque digo que tem margem para o fazer: no documento de acompanhamento e monitorização da implementação das medidas do PAEL, Plano de Apoio à Economia Local, de trinta de junho de dois mil e dezasseis, isto é, no documento que mostra se a Câmara está a cumprir ou não as medidas a que se comprometeu aquando da ajuda que recebeu do estado a meio do ano, tivemos oportunidade de dizer que a única rubrica que estava acima do previsto era a receita do IMI, ou seja, a meio do ano a Câmara já tinha arrecadado mais de cinquenta por cento do valor do IMI estimado. Assim sendo, os Vereadores do PS entendem que o valor do IMI devia ser fixado no valor mínimo de zero vírgula três por cento, não só para facilitar a vida de todos os paredenses e das empresas de Paredes, como para tornar o nosso território mais competitivo face aos concelhos vizinhos que também aplicam esta taxa.”. Dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal, disse: “...julgo que está recordado. Isto foram palavras suas aquando da aprovação do orçamento para do corrente ano. O Senhor Presidente da Câmara de hoje é conhecedor do Programa de Apoio à Economia Local, do relatório de trinta de junho de dois mil e dezasseis, defendia, na reunião de Câmara de vinte e um de setembro de dois mil e dezasseis, que o IMI não deveria ter baixado para zero vírgula quatro mas sim para zero vírgula três”. Acrescentou que os compromissos do Plano de Apoio à Economia Local já então existiam, e os Vereadores do PS não só já tinham votado em, um de setembro, a baixa do IMI, como até diziam que no orçamento para 2017 a baixa do IMI devia ser para zero vírgula três, e não para zero vírgula quatro. Disse ainda que o Presidente da Câmara Municipal sabia que o Plano de Acompanhamento à Economia Local permitia, como permitiu, a descida do IMI, que votou favoravelmente. Mais disse que as promessas de baixar o IMI e a derrama, que agora não se cumprem com a justificação do Plano de Apoio à Economia Local, do OLAF e da perda dos fundos comunitários, poderia ser resolvida com uma simples medida de garantia para desbloquear. Terminou lançando ao Executivo um desafio, para que não ameace com auditorias ou com participações ao IGF, mas para que peça uma auditoria externa a todo o mandato do PSD, e que traga essas medidas à Assembleia Municipal, que serão aprovadas.”. -----


O Presidente da Assembleia Municipal informou que não seria possível dar a palavra ao deputado Ricardo Silva, pelo facto do PSD ter esgotado o tempo regulamentar que lhe está destinado. -----



CÂMARA MUNICIPAL
PAREDES

Rui Silva (PS) - Dirigindo-se ao deputado Soares Carneiro e em referência às palavras que este proferiu durante a sua intervenção, perguntou: “... onde é que o Senhor andava quando a situação chegou a este ponto?” Continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: “Esta é a primeira Assembleia Ordinária após as eleições de 1 de outubro. Não podia deixar de efetuar uma análise aos resultados e alterações no mapa político registadas após estas eleições. A olhar para os resultados que foram obtidos, salta logo à vista que todos os partidos que apresentaram listas à Câmara Municipal baixaram percentualmente a sua votação, com exceção do PS. Os Paredenses votaram e alteraram a sua confiança política e partidária. Deram uma maioria clara e inequívoca ao Partido Socialista para a Câmara Municipal, maioria de eleitos para a Assembleia Municipal, e foi o partido que obteve mais mandatos nas freguesias, dando claramente um cartão vermelho à gestão anterior e a todos os partidos que se perfilavam para serem alternativa. Mas a tarefa ainda agora começou sendo que a mesma se revela hercúlea. Temos a responsabilidade de efetuar uma gestão mais rigorosa, séria e transparente, sempre com uma preocupação constante em demonstrar o caminho que estamos a construir, dar a conhecer os obstáculos que vamos ultrapassando e de informar a realidade que encontramos. Infelizmente temos assistido que alguns daqueles a quem os Paredenses não confiaram os seus destinos, se desdobram já em atividades ou manobras que mais não são do que disfarces para encobrirem as suas derrotas. procurando com apresentações, propostas ou afirmações, encobrir a forma desastrosa como conduziram este Concelho durante dezenas de anos. Outros em perfeita agonia política procuraram sobreviver, esbracejando para tudo quanto é lado, ou colocando-se em bicos de pés para procurarem disfarçar a sua falta de capacidade política para além das suas sedes partidárias. Tivemos uma votação expressiva. Os eleitores mostraram a sua confiança aos eleitos e a sua reprovação aos derrotados. É necessário que exista tempo para se alterarem as coisas, pois nada se muda de um dia para o outro. Por isso é necessário que todos tenham consciência disso e deixem trabalhar quem venceu. E que ganhem paciência para se limitarem ao papel para o qual foram votados. Por isso peço que sejam uma oposição construtiva, que apresentem propostas válidas e concretizáveis porque todo o contributo será apreciado e analisado. Acredito que todos queremos o melhor para o nosso Concelho e para os Paredenses. Tenho dito.”. -----

Presidente da Câmara Municipal – Respondendo às questões que lhe foram levantadas, esclareceu: “... agora vale a pena discutir aqui as questões políticas, mas discuti-las com verdade porque realmente temos público interessado na vida política de Paredes, e ainda bem.”. -----




Às questões colocadas pelo Presidente da Junta de Parada, informou que foi o anterior Executivo que, nos últimos dias do seu mandato, a sinónimo de muitas outras coisas que fizeram também nos últimos dias, celebrou esse protocolo com os Escuteiros de Parada. Afirmou estar disponível para discutir essa questão. Que o que aconteceu com Parada aconteceu também com outras freguesias, deixando a sua garantia que, daqui para a frente, as Juntas serão ouvidas e consultadas. Acrescentou ainda que partilha da opinião que a cedência deste espaço a uma só Associação, quando existem várias outras que necessitam, pode de facto configurar um desperdício de recursos. Compromete-se a reanalisar a questão em conjunto com a Associação visada. Pese embora a existência do Protocolo já assinado, julga que não se oporá ao diálogo. -----

Às questões colocadas pelos Presidentes das Juntas de Freguesia de Louredo e de Lordelo, informa que todos têm como objetivo trabalhar pelo povo. Esclarece que não pretende, com a medida que referiram, dificultar a prestação dos Senhores Presidentes de Junta e sim melhorar a organização dos serviços. Defendeu que, desta forma, os técnicos saberão que no dia em causa devem estar completamente à disposição para o seu atendimento. Afirmou estar disponível para efetuar alguns ajustes que venham a mostrar-se necessários com o decurso do tempo. -----

À questão colocada pelo deputado do CDS, referiu que saber que os intervenientes no negócio em causa foram, a Câmara Municipal, a Misericórdia e um particular e que ainda não foi possível analisarem minuciosamente este assunto porque tomaram posse há menos de dois meses. Informou que o seu tratamento já está agendado para o próximo mês de janeiro e que é sua intenção reunir com a Misericórdia e com o particular. -----

Às questões colocadas pelo deputado Cristino Ribeiro, informou não ver qualquer problema em encontrar uma outra infraestrutura para atribuir o nome de “25 de abril”. ---

Às questões levantadas pelo deputado José Carlos Silva, disse que se houvesse alguma dignidade, alguns vereadores que em plena companhia afirmaram que não era possível devolver o valor dos manuais escolares em novembro, já se teriam demitido. Bastou fazer uma alteração ao orçamento, para possibilitar essa operação. Continuou fazendo uma pequena correção aos dados mencionados dizendo que, deram entrada na Câmara Municipal, até ao final de novembro, 2784 pedidos de reembolso, e que já foram tratados 2691, a que corresponde um valor de 270 mil 838 euros. Destes, foi já liquidado o



correspondente a 1761 pedidos, ou seja, 178 072 euros, realçando o facto de que este procedimento obriga a um trabalho administrativo intenso. -----

Ao deputado José Henriques, referiu ser verdade o que disse, ou seja, que foi feita uma concessão em dois mil e um, a uma empresa privada, quando já havia subsistemas a fornecer água no Concelho. Informou ser um assunto que tem em mãos, e que já se encontra agendada uma reunião com a empresa concessionária, a que se seguirão reuniões com os subsistemas, para dar início à sua resolução desta situação. -----

À Presidente de Junta de Rebordosa, agradeceu as palavras que lhe foram dirigidas e informou que o Executivo tentará conhecer as prioridades de todas as freguesias para atender a cada uma das suas necessidades. -----

Às questões colocadas pelo deputado Joaquim Bessa agradeceu os contributos e manifestou a sua concordância em relação aos problemas identificados na EN quinze. Informou que já foi reportada à IP-Infraestruturas de Portugal e que espera ver resolvida o mais rapidamente possível. Relativamente à questão da rotunda, informou que também entende que faria sentido essa solução, e que com essa medida poderia, eventualmente, resolver-se o problema da velocidade que se regista naquele local. Quanto à questão do Hospital de Penafiel, informou que a Autarquia nada pode fazer. Em relação à devolução da identidade às freguesias anexadas, informou que fazia parte do seu programa eleitoral, havendo um compromisso do PS nesse sentido. -----

Ao Presidente da Junta de Lordelo, disse sempre defendeu a descentralização e que é um dos seus compromissos delegar mais tarefas nas freguesias como poderão verificar aquando da apreciação do orçamento. Este prevê um aumento dez por cento nas verbas a transferir para as freguesias. Referiu que é sua intenção debater com as Juntas de Freguesia a possibilidade de assumirem a limpeza das ruas e que, obviamente, a ser aceite esta proposta, seja transferido para a junta de freguesia o correspondente pacote financeiro. -----

Ao Presidente da Junta da Sobreira, agradeceu as palavras que foram lhe dirigidas e que a carta aberta que dirigiu aos Paredenses não foi mais do que transmitir um pouco daquilo que irão conhecer aquando da apresentação do orçamento. -----

O mesmo agradecimento dirigiu ao deputado Rui Silva pelo teor da sua intervenção. -----
Deixou para o fim as considerações em relação à intervenção do deputado Soares



CÂMARA MUNICIPAL
PAREDES

Carneiro, tendo referido o seguinte: “... caro amigo Soares Carneiro. Dizer-lhe que se nota que esteve algum tempo afastado da política. Nota-se porque misturou alhos com bugalhos. Eu até pensei que ia começar logo por dizer, como o Sr. Deputado do CDS, o nome de um filme. Um falou o que é que os outros fizeram no verão passado, você foi, o que é que andaram a fazer nos últimos 4 anos. Isso pode ser prática nas alegações que um advogado faz em tribunal, mas aqui, era importante, até porque se vai mudar aqui o estilo nesta Assembleia Municipal, que se falasse com verdade. Falou das minhas palavras em relação ao IMI e mostrou dois momentos completamente distintos, como se fossem no mesmo momento. Falou duma intervenção quando estávamos a tratar de um relatório que a Câmara apresenta de três em três meses para justificar o acompanhamento do PAEL, quando no fundo, aquilo que nos obriga, como vamos ver de seguida, a não mexer na taxa de IMI, não é o relatório feito pela Câmara Municipal, mas sim o relatório de uma auditoria feita pela IGF, a Inspeção Geral de Finanças, e que recebemos em sete de novembro. Não misture alhos com bugalhos. E depois disse que eu defendi a descida do IMI no orçamento para dois mil e dezassete. O orçamento é apresentado no final do ano tal como estamos a fazer agora. E depois fala do relatório, um relatório em que eu disse que realmente, a meio do ano, já tínhamos mais de cinquenta por cento do IMI... Depois dizer-lhe que, há pouco dizia que uns desculpavam-se com os anteriores, que só o Pedro Passos Coelho não teve que se desculpar porque teve a Troika... Eu também não vim para aqui desculpar-me. Eu vim apresentar factos como vamos ver de seguida. Um relatório da IGF que vamos ver, que eu vou ler transcrições daqui a pouco, e que diz textualmente, que a Câmara não cumpriu com as obrigações que tinha quando recebeu dezanove milhões de euros do estado, e, como tal, não podia descer a taxa de IMI. Quanto à questão do OLAF, devo dizer-lhe uma coisa, olhos nos olhos, se eu soubesse, - porque diz que eu já sabia da situação da Câmara Municipal enquanto Vereador - eu não sabia que em dois mil e dezassete - porque só agora é que vimos as coisas - que em dois mil e dezassete lançaram quinze milhões de euros de obras. Segunda questão e mais importante, eu não sabia, ninguém sabia, porque - inclusive chegamos a pedir o relatório da OLAF e ninguém nos deu - ninguém sabia que a CM estava impedida de receber fundos comunitários. Agora há pessoas aqui dentro com muitas responsabilidades, que sabiam que estávamos impedidos de receber fundos comunitários. Mas também lhe posso dizer: Se eu soubesse, como algumas pessoas aqui dentro sabiam, que estávamos impedidos de receber fundos comunitários, eu seria mais prudente na abordagem da descida do IMI. Mas eu não tinha essa informação, porque se eu soubesse que além do descalabro financeiro que a Câmara tem, estávamos



impedidos de receber fundos comunitários, aí eu sabia que estávamos de pés e mãos atadas, e só uma pessoa irresponsável é que pode dizer que, estando sem receber fundos comunitários, podemos dar-nos ao luxo de perder dois milhões e meio de euros de receita com IMI. E eu não sou um irresponsável. E já agora, terminar dizendo-lhe uma última coisa: Infelizmente, muita culpa do que aconteceu aqui na Câmara Municipal, não é só de quem aqui esteve e tomou decisões políticas muito pouco pensadas, também de quem superentende as autarquias, porque, as Câmaras Municipais, desde há algum tempo para cá, que deviam respeitar a chamada Lei dos Compromissos, isto é, só deviam contratar serviços quando nos seis meses seguintes tem receitas que cubram esses serviços e, neste momento a Câmara Municipal de Paredes tem a Lei dos Compromissos violada em dezanove milhões de euros. Não é violada num milhão de euros, é violada em dezanove milhões de euros. Isto significa que quando uma Câmara Municipal está a violar a Lei dos compromissos em dezanove milhões de euros, não se podia dar-se ao luxo de fazer muitas daquelas coisas que fez, como por exemplo, gastar dez mil euros numa receção dos Rotários no Parque José Guilherme. Não tinha condições para fazer isso.” -----

Seguidamente, tal como referido anteriormente pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a bancada do CDS-PP apresentou a seguinte proposta de voto de louvor ao Paredes Golf Clube: “*Em atividade desde dois mil e doze, no Campo de Golfe do Aqueduto, o Paredes Golfe Clube é já uma referência no panorama do golfe a nível nacional, mas já com visibilidade “além-fronteiras”. De todos aqueles praticantes que diariamente se dedicam à modalidade no Clube, gostaríamos de destacar três atletas que, vencendo diversos obstáculos, tem colocado o nosso concelho sob os holofotes das altas esferas do Desporto nacional. A principal referência é a Leonor Bessa, hexacampeã nacional de golfe em todos os escalões de formação, e que em dois mil e dezassete se sagrou campeã nacional na variante “Pitch&Putt”, prova esta que decorreu em Paredes. Temos também a Diana Pacheco que, por exemplo, começou a jogar aquando da abertura do Campo do Aqueduto, é filha do colaborador que recolhe as bolas do Driving Range e, fruto do trabalho desenvolvido, venceu o Open de Portugal de “Pitch&Putt”, na Quinta das Lágrimas, Coimbra, facto que mereceu a sua chamada à Seleção Nacional. Tanto a Leonor Bessa como a Diana Pacheco são hoje referências para outros jovens valores que começam a despontar na Academia do Paredes Golfe Clube. Há ainda a Cláudia Machado, paredense de 10 anos, começou a jogar na escola (Mouriz) e sagrou-se bicampeã nacional de “Drive Challenge”, competição que envolve alunos de escolas públicas de Portugal Continental e Ilhas. O trabalho com atletas com*



necessidades especiais e programa de ensino da modalidade são outros exemplos da atividade de um clube que demonstrou que Paredes não tem de ser periférico e, com pouco, se pode fazer muito. Assim sendo, Senhoras e Senhores, membros da Assembleia Municipal de Paredes. O representante do CDS – Partido Popular da Assembleia Municipal de Paredes, propõem a aprovação deste Voto de Louvor e que o mesmo seja dado conhecimento ao Exmo. Senhor. Presidente do “Paredes Golfe Clube” e ao Exmo. Senhor Presidente da Federação Portuguesa de Golf.” -----

--- O deputado **Cristiano Ribeiro** (CDU) referiu que só enquadra este Voto de Louvor na benevolência própria da época natalícia que atravessamos porque, considera, não estar a distinguir méritos desportivos de qualidade, mas a abrir a porta a outro tipo de louvores, e que, depois das declarações de interesse municipal de algumas empresas, esta é uma tacada a considerar, que dá a alguns um espírito de reconhecimento de algo. Diz que pensa ainda saber distinguir, o que é louvável, o que merece apoio, o que é uma prática desportiva generalizada, e o que são práticas que tem um valor relativo. -----
Posta a votação foi a PROPOSTA DE VOTO DE LOUVOR admitida e aprovada, por unanimidade, ficando decidido que dela se desse conhecimento ao Presidente da Direção do Paredes Golf Clube e também ao Presidente da Federação Portuguesa de Golf. -----



1 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à Assembleia, para conhecimento, o relatório de atividades municipais, o qual foi previamente enviado a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

2 - IGF - INSPEÇÃO GERAL DE FINANÇAS - RELATÓRIO - PARA CONHECIMENTO

Foi presente a Assembleia, para conhecimento, o Relatório da Inspeção Geral de Finanças




- IGF, o qual foi previamente enviado a todos os membros deste Órgão. -----

O Presidente da Câmara Municipal informou que o presente relatório se refere a uma inspeção efetuada pela Inspeção Geral de Finanças, às contas de dois mil e quinze, que decorreu na segunda metade de dois mil e dezasseis e início de dois mil e dezassete, e que foi recebido a sete de novembro deste ano, afirmando ser esta a razão pela qual a Câmara está impedida de alterar a taxa de IMI no corrente ano. Seguidamente citou parte do referido Relatório, que faz referência a essa questão, e que diz o seguinte: “... *acresce que, dado o incumprimento, em dois mil e quinze, dos principais objetivos e metas do Plano de Ajustamento Financeiro, o Município de Paredes estava obrigado, de acordo com o número quatro, do artigo sexto, do PAEL, a fixar a taxa máxima de imposto municipal sobre imóveis, em vigor à data do incumprimento, sob pena de resolução do contrato. Mostra-se assim violado o cumprimento do PAEL...*”, e, “... *tal facto é passível, em abstrato, de gerar responsabilidade financeira sancionatória, sendo imputável aos eleitos locais e a quem atendendo às funções que exerciam, competia tomar a iniciativa no sentido de promover, nos órgãos executivo e deliberativo municipais, a fixação da taxa máxima de IMI para os prédios urbanos, o que não se verificou.*”. Informou ainda que o Município, no ano de dois mil e treze, pediu um empréstimo de saneamento financeiro ao Estado de 19 milhões de euros, a pagar em catorze anos. Como contrapartida, além de outras coisas, foi concedida uma redução de dívida. Este relatório revela que não estando o Município a cumprir com a redução do endividamento a que se comprometera, fica impedido de alterar na taxa de IMI. Assegurou que, no próximo ano, se for obtido o visto do Tribunal de Contratos ao pedido de empréstimo para a liquidação antecipada de outros empréstimos, se procederá à substituição do empréstimo do PAEL por outro tipo de financiamento que se traduza em melhores condições para o Município. Assim sendo, o Município deixará de estar sujeito às regras do PAEL e, reduzindo algumas despesas, no próximo ano haverá condições para a descida da taxa de IMI. -----

Seguiram-se as intervenções dos deputados municipais: -----

Cristiano Ribeiro (CDU) - Questionou sobre o significado do relatório da inspeção efetuada em final de dois mil e quinze, só ser conhecido agora, um mês após as eleições autárquicas. Observou que, sendo uma das recomendações do relatório que o IMI, no ano subsequente, não sofra redução, a proposta de redução desse imposto, apresentada



também pelo Partido Socialista, resultava como ilegítima face ao incumprimento passado. Adiantou ser necessário e prudente implementar medidas de controlo interno com vista ao cumprimento das regras impostas. -----

Presidente da Câmara Municipal - Reforçou o que já tinha dito. Que o timing em que o relatório foi apresentado se prende com o facto das contas do ano de dois mil e quinze serem apresentadas, apenas, a meio do ano de dois mil e dezasseis. Essa auditoria decorreu na segunda metade de dois mil e dezasseis e início de dois mil e dezassete. Lembrou que o tempo que mediou a realização da inspeção e a apresentação do relatório, foi o necessário para a elaboração do referido documento, que chegou ao Município, por e-mail, em sete de novembro, reafirmando que não foram cumpridas as regras do PAEL. Disse ainda que a Câmara Municipal está impedida de mexer no IMI e que poderá até ser obrigada a subir esse importo. -----


Soares Carneiro (PSD) - Questionou o Presidente da Câmara sobre se a manutenção da taxa de IMI não é continuar a incumprir o PAEL. Referiu que a substituição de empréstimos libertará o Município do PAEL, pelo que poderá ser reduzida a taxa de IMI.

Presidente da Câmara Municipal - Referiu que o incumprimento já é um facto. Acrescentou que, mesmo que a taxa de IMI fosse aumentada para o máximo, não iria resolver o incumprimento verificado no passado. Disse ainda que, o Município não correrá o risco de violar ainda mais a Lei, pelo que manterá a taxa de IMI. Garantiu que, aprovado o empréstimo que permitirá abandonar o PAEL, no próximo ano, proporá uma redução da taxa de IMI. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

3 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2018 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foram presentes à Assembleia, para aprovação, os documentos previsionais para o ano de 2018, os quais foram previamente remetidos a todos os membros deste Órgão. -----




Presidente da Assembleia - Informou a Assembleia que o Presidente da Câmara Municipal pretende fazer uma apresentação pormenorizada do orçamento a qual excederá o tempo regulamentar. Questionou a Assembleia sobre este facto, não se registando quaisquer objecções. -----

Presidente da Câmara Municipal - Procedeu à explicação pormenorizada das contas do Município e do Orçamento, recorrendo, para o efeito, à apresentação de um estudo em "power point", com a apresentação de vários quadros e gráficos, cujos dados foram exaustivamente explicados e justificados. Referiu que como Presidente da Câmara Municipal não permitirá que os membros da Assembleia Municipal votem um documento desta importância sem terem conhecimento da real situação financeira do Município. Disse que já teve a oportunidade de o fazer anteriormente em reunião do executivo municipal e também, junto das chefias da Câmara Municipal. Explicou que, tendo em conta a grave situação financeira e a necessidade de contar com a colaboração e empenho de todos os funcionários, seria impensável pedir sacrifícios sem que tivessem conhecimento da real situação. Apelidou o orçamento como sendo um "orçamento de má herança", na medida em que está condicionado, tanto do ponto de vista da receita, como do ponto de vista da despesa. Esclareceu que é um documento que resume aquilo que a Câmara Municipal tenciona arrecadar, quer para a parte corrente, quer para a parte de investimentos, e as despesas expectáveis. -----

Disse que está inscrita no orçamento uma verba de trinta e nove milhões de euros, para **receitas correntes**. E diz ter a certeza que essa verba entrará nos cofres do Município. Quanto a **despesas correntes**, que abarcam custos com pessoal, aquisições de bens e serviços, transferências correntes, juros de empréstimos, juros de mora devido a incumprimentos, etc., informou que se encontra inscrita uma verba de trinta e cinco milhões de euros a que acresce uma fatia relativa ao pagamento de empréstimos à banca. Esta verba representa cerca de três milhões e seiscentos mil euros por ano. -----

Relativamente às **despesas de capital**, disse estarem inscritos vinte e um milhões de euros em aquisição de bens, mais um milhão seiscentos e vinte e nove mil euros, o que perfaz a quantia de vinte e três milhões de euros, respeitantes a compromissos assumidos com obras realizadas, ou em curso. Continuou a sua explanação afirmando que, desses vinte e três milhões de euros, o seu executivo apenas acrescentou uma verba de um vírgula cinco





milhões de euros, pelo que, o remanescente, vinte e um vírgula cinco milhões de euros transitou do anterior executivo. Realçou o facto de que quinze desses vinte e um milhões e meio de euros, resultaram de compromissos assumidos no ano corrente. -----

Relativamente às **receitas de capital**, onde se encontram inscritas as verbas que se espera receber relativas a transferências de capital, apesar da verba inscrita em orçamento informa que prevê que a receita efetiva venha a ser de cerca de um vírgula cinco milhões de euros. Disse não esperar obter qualquer receita com a venda de participações sociais pelo que as contas da Câmara Municipal apresentam um desequilíbrio de cerca de vinte milhões de euros, facto que muito o tem preocupado. Referiu ainda que, de todas as obras que se iniciaram em dois mil e dezassete, apenas cinco por cento foram faturados durante esse ano, pelo que noventa e cinco por cento desse valor será faturado em dois mil e dezoito. Tal facto irá onerar o passivo do Município. Acrescentou que, em março de dois mil e dezoito, aquando da apresentação das contas do presente ano, o passivo, que é de cento e cinco milhões de euros, ascenderá aos cento e dez milhões de euros, e que no ano seguinte ultrapassará os cento e vinte milhões de euros. -----

Informou que, para elaborar um orçamento de forma consciente e apresentá-lo de uma forma transparente, houve o cuidado de procurar contratos de compromissos assumidos com particulares, nomeadamente os relativos a cedência de terrenos que implicam algumas contrapartidas. Esclareceu que essas contrapartidas ainda não se encontram contabilizadas pelo que além dos vinte e um vírgula cinco milhões de euros de contratos já assumidos com empreiteiros, ainda existem, mais cerca de três ou quatro milhões de euros estimados, relativos a outros compromissos que terão que ser honrados. Acrescentou que as restrições não se verificam apenas do lado da receita. -----

A Câmara Municipal vê condicionada a sua ação por imposição do OLAF. Esta questão é de primordial importância resolver, em virtude da Câmara Municipal ter ao seu dispor nove vírgula oito milhões de euros de fundos comunitários a que não pode aceder por impedimento. -----

Explicou que a penalização de seis milhões de euros nos fundos comunitários, se deve a irregularidades detetadas aquando da construção dos centros escolares. Esclareceu que, em conjunto com os serviços de contabilidade e obras foi elaborada uma relação das obras lançadas em dois mil e dezassete, por freguesia, as quais, na sua maioria, estão




concluídas. Porém, o seu pagamento só irá ocorrer no ano vindouro. Elencou ainda o valor de obras correspondente a cada freguesia, referindo que, ao valor mencionado, acrescem verbas registadas em rúbricas generalistas, que não foi possível afetar às freguesias. -----

O **Presidente da Assembleia** abriu o debate deste ponto, e inscreveram-se para intervir os deputados: João Reis, Cristiano Ribeiro, Luís Garcia, Carlos Franklim Silva, Meireles Brandão, Luís Jorge Ribeiro, Soares Carneiro, Rui Silva, Nuno Serra e Ricardo Santos: -----

O **Presidente da Assembleia** agradeceu a exposição apresentada, referindo que lhe permitiu, pela primeira vez, compreender os pressupostos que estão por trás da elaboração do orçamento municipal. -----

Senhor João Reis (PS) - Disse que tinha preparado uma pequena intervenção sobre o orçamento, mas que, depois da apresentação do Presidente da Câmara tudo o que pudesse dizer iria perder sentido. Continuou afirmando que: *“A situação é má. Muito pior do que pensávamos e alguém tem que a resolver e pôr ordem na casa. Antes de falar do orçamento queria só dizer que estive aqui todo o mandato anterior, e nunca vi uma Assembleia tão participada como esta, sem que nos fosse cortada a palavra. Toda a gente falou, toda a gente disse o que quis, e toda a gente teve resposta às suas perguntas. Tivemos um Presidente da Câmara que respondeu a todas as questões que lhe foram levantadas no período antes da ordem do dia sem sonegar respostas a quem quer que fosse, por mais incómodo que fosse o seu teor. A isso chama-se falar verdade. A isso chama-se ser Câmara Municipal. Numa Assembleia destas tenho a certeza que o numeroso público que está lá em cima, será muito mais nas próximas, porque fala-se, discute-se, diz-se a verdade e esclarecem-se as pessoas. Isto é ser Câmara Municipal. Relativamente ao orçamento, eu e todos nós tínhamos noção que isto estava mal, mas estranhei ouvir alguns elementos do PSD dizerem que não nos podíamos surpreender com isso. Mas eles sabiam que isto estava assim e sempre apoiaram a Câmara? Eu vi as caras de surpresa que alguns elementos do PSD fizeram aquando da brilhante apresentação do Senhor Presidente da Câmara. Neste orçamento contemplamos o que conhecíamos e desconhecíamos e este é um orçamento para ser cumprido com rigor e verdade. E porque é que desconhecíamos? Porque pelo executivo anterior foi escondida a verdade. Não foi só escondida a verdade, foi-nos apresentada uma realidade alternativa. Quem estivesse aqui anteriormente e presenciasse a Assembleia de hoje, diria que o Município não é o mesmo. Vi aqui tecer elogios à brilhante gestão da Câmara. Depois de ver isto, quero ver, e ficarei*



desiludido se não acontecer, os elementos das bancadas do PSD, principalmente os que transitaram do mandato anterior, a apoiarem-nos, a ajudarem-nos a repor a verdade aprovando este orçamento. Isto é repor a verdade, é resolver problemas, é trabalhar. Felizmente o povo acordou e espero que os deputados aqui presentes acordem também e façam aquilo que tem que ser feito. E ainda mais ficarei surpreendido se além de não aprovarem este orçamento, não condenarem os factos que agora conhecemos e que nos foram sonegados.” .-----

Cristiano Ribeiro (CDU) – Referiu que a apresentação reflete uma realidade objetiva, na medida em que se conseguem interpretar os dados. Agradeceu ao Presidente da Câmara o esforço para ser objetivo. Afirmou não ter dúvidas em relação à interpretação dos números. Disse não ter ficado agradado com o que foi dito em relação às obras. Na sua opinião, as obras não pagas não devem ser consideradas supérfluas. Concordou com a necessidade de rigor, referindo que o frenesim construtivo que existiu é próprio da vida política. Interpelou o Presidente da Câmara sobre questões que não sendo significativas do ponto de vista orçamental não são tão significativas o preocupam, dando como exemplo o problema do acampamento cigano da cidade de Paredes. Afirmou que a resolução deste assunto envolve capacidade de mobilização, diálogo e firmeza, mas não envolve verbas muito significativas como a renegociação do contrato com a Be Water. Relativamente à ausência de fiscalização de obras implicará a que no futuro, para além dos problemas financeiros já identificados, se esteja a discutir que determinada obra está mal programada ou mal realizada. Concluiu afirmando que a sua bancada dará o benefício da dúvida a este executivo, porquanto este orçamento reflete uma situação que, reconhece ser emergente. -----

Sendo zero horas, o **Presidente da Assembleia**, colocou à votação a continuidade dos trabalhos, não se verificando quaisquer votos contra ou abstenções. -----

Luís Garcia (PS) – Fez a seguinte intervenção: *“Discutimos hoje um orçamento que preferíamos nós, Partido Socialista, que não fosse discutido. Trata-se de um orçamento que não é mais de que uma má herança deixada pelo PSD. Não bastava deixarem um grande défice nas contas da autarquia, não bastava deixarem a autarquia a braços com uma alegada fraude nos fundos comunitários e com isso impedida de receber incentivos provindos da união europeia, eis que nos presenteiam com um relatório da Inspeção Geral de Finanças onde se conclui que não cumpriram com as regras do PAEL e dessa forma está a Autarquia impedida de baixar os impostos, entre eles, o*



CÂMARA MUNICIPAL
PAREDES

IMI. E quanto a isto, assistimos a mais uma dose de populismo e demagogia por parte do PSD que mesmo tendo conhecimento e ocultando de tudo e todos que estavam em incumprimento com os pressupostos do PAEL, propõem, ao executivo camarário a sua descida. Meus senhores, na política não vale tudo. Senhor Presidente, sabemos nós muito bem, a falta de transparência e rigor que bem caracterizaram a gestão do PSD nos seus mandatos, mas aquilo que lamentamos e repugnamos veementemente é o facto daqueles que são os responsáveis diretos pela situação financeira em que a Câmara se encontra são agora que vêm tentar tirar proveitos das consequências dos seus próprios atos. Meus senhores, mais uma vez, na Política não vale tudo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Paredes, quero aqui saudar a forma como encara esta mesma situação. Apesar de todos estes graves constrangimentos e de um orçamento completamente hipotecado pela gestão ruinosa do PSD, mostra que não vai enveredar pelo caminho da vitimização e mostra já neste orçamento que há um outro caminho a seguir. Através da otimização de recursos, com rigor e transparência, e uma definição de prioridades mostra que a mudança que os Paredenses tanto anseiam está a ser estabelecida, e este documento é prova disso mesmo. Ao nível da educação, com o pagamento dos manuais escolares aos alunos do concelho, através de um método que visa a igualdade e justiça social, permite o acesso transversal e universal das nossas crianças e jovens ao ensino. A defesa e encorajamento do estudo nas nossas escolas públicas é sem dúvida uma imagem deste executivo. Esta é, sem dúvida, uma aposta ganha. A aposta na Cultura é sem dúvida um fator decisivo para a dinamização das áreas urbanas e comércio local. Sem megalomanias e com seriedade, será feita uma aposta nas nossas associações e artistas do concelho. Sem dúvida que será uma mais-valia para a dinamização da nossa terra e do que melhor há e se faz em Paredes. No que ao Desporto diz respeito, irão as associações do concelho estar munidas de um maior apoio e interlocução com a Câmara Municipal. Salientar a promoção e incentivo à prática desportiva que até agora foi completamente descorada. Senhor Presidente, fruto da sua má herança este não é um orçamento que nos faça orgulhar, mas é sem dúvida um orçamento que inicia uma nova política para o concelho, este é sem dúvida o orçamento que inicia a mudança que foi esmagadoramente votada no passado dia 1 de outubro. Sei o quanto deve ser difícil para o PSD aceitar um orçamento com rigor, seriedade e transparência, mas para além de hoje terem oportunidade de virem cá pedir desculpa aos Paredenses pela forma como deixaram esta Câmara, é oportunidade de se redimirem e votarem favoravelmente este documento.” -----

Franklim Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Cristelo – Referiu: “Espero não



tornar demasiado clínica esta minha intervenção, no entanto, a Câmara Municipal de Paredes parece-me estar deprimida. Sobre a depressão, dizem os peritos, há causas exógenas e endógenas. Certamente diferentes alas terão diferentes perspetivas, a da boa e da má herança, a da despesa e das dívidas assumidas, e a da obra preparada e que será inaugurada por este executivo, no entanto, assim como cabe ao terapeuta propor uma estratégia de saúde, cabe aos governantes dar esperança e horizonte às preocupações da população. O foco, não deve ser os traumas da infância, mas o presente. E o presente é um orçamento que fica aquém do que os Paredenses merecem, e fica aquém das propostas do partido vencedor das eleições passadas, que já antevia algumas dificuldades, e que partiu do princípio que conseguia, mesmo com essas dificuldades económicas, cumprir algumas propostas em termos sociais. Vejo esta viragem como reconhecimento da responsabilidade que é governar, de que quando se governa se sabe que tem que se ter cautela com as expetativas que se gere, de que a vontade é condicionada pelos recursos existentes. Vejo esta viragem como o reconhecimento do trabalho dos seus antecessores, que ainda há pouco tempo referia que quando se é poder e responsável, não se pode prometer tudo. Por isso, deixo o apelo a que se cesse a psicanálise, e se inicie um trabalho para com a população, e se dê maior enfoque ao futuro, e se foque na esperança e no cumprimento das expetativas para que foram votados.”. -----

Meireles Brandão (PSD) - Afirmou que lhe parece que o PSD deixou obra e que essa obra obedece a critérios e timings de pagamento. Disse que este orçamento não contribuirá para um bom ano de dois mil e dezoito uma vez que se trata de um orçamento de austeridade não justificada. Disse ser um orçamento em contraciclo relativamente ao que se verifica no país. Afirmo que também que não é um orçamento amigo das famílias e que, na sua perspetiva, os manuais escolares deviam ser gratuitos no ensino obrigatório e não somente participados. Acrescentou tratar-se de um documento discriminatório, na medida em que não se dirigiu a todos os estudantes de Paredes. Relativamente à taxa do IMI, cujos mínimos, foram prometidos até à exaustão, e às empresas, uma vez que não é alterada a derrama, afirma que não se apresentam incentivos para o investimento e captação de empresas. Entende tratar-se de um orçamento que não incentiva o emprego, a inovação e o conhecimento. Dirigiu ao Presidente da Câmara a seguinte questão: *“Como vai o Senhor Presidente da Câmara desenvolver aquela ideia difundida no seu percurso eleitoral, de que se propõe transformar Paredes no centro empresarial do Porto. Será que desistiu deste propósito?”*. -----



Soares Carneiro (PSD) – Afirmou que o PSD já foi julgado nas urnas e que os eleitores de Paredes já o puniram politicamente. Disse ser natural que o PSD não tenha feito tudo bem, mas que, seguramente, fez muitas coisas positivas. Afirmou existirem factos nebulosos que devem ser investigados, custe a quem custar. Colocou ao Presidente da Câmara as seguintes questões: *“que participações sociais vai a Câmara Municipal alienar em dois mil e dezoito? Existem receitas fictícias? É ou não verdade que o Senhor Presidente não contabilizou, nem apresentou, a poupança de um vírgula dois milhões de euros que vai obter com a renegociação dos empréstimos que vamos votar daqui a pouco? É verdade ou não, que se prestar uma garantia idónea, que a Câmara pode receber já 6 milhões de euros, e essa verba pode ou não pode chegar aos treze milhões de euros? Quais são as obras que não faria? Quais são aquelas que não eram pertinentes e quais são aquelas que não eram relevantes para as freguesias, incluindo as freguesias do Partido Socialista? O que é que não fazia por não ser útil? Para finalizar e referindo-se a um documento relativo à contração de empréstimos, onde se lê que a dívida da Câmara Municipal era, em que, em novembro do corrente ano, de cinquenta e três vírgula sete milhões de euros, questionando a sua veracidade.* -----

Luís Rodrigues (CDS) – A propósito de heranças, referiu que em mil novecentos e noventa e três heranças pesadas não foram discutidas em virtude da obra deixada pelo executivo do CDS. Relativamente ao orçamento, referiu ter ficado com algumas dúvidas na medida em que, o documento implica mais despesa sem o correspondente acompanhamento da receita. Afirmou ser público a existência da questão do OLAF e do incumprimento do PAEL, questionando o Presidente da Câmara, sobre a solução que pensa adotar para cobrir a despesa. A seu ver trata-se de um orçamento com uma vertente de investimento com receitas previstas insuficientes. Em resposta ao deputado Rui Silva, perguntou se, quando falou em *“tivemos”* a propósito de um ato eleitoral, tinha a ver com o facto de ser candidato por um partido e ser militante de outro, ou se foi por, tanto o PS como o CDS, terem melhorado o resultado eleitoral em comparação com dois mil e treze. -----



Rui Silva (PS) – Respondeu às questões que lhe foram dirigidas pelo deputado do CDS, referindo que quando disse *“tivemos”*, se referia, obviamente, ao Partido Socialista. Disse compreender que as saudades sejam muitas tendo em conta a qualidade do desempenho do seu interlocutor. Disse que, consultados os resultados eleitorais, se irá constatar que



para a Câmara Municipal o CDS baixou percentualmente. Relativamente ao orçamento, referiu o seguinte: *“O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Paredes denominou o orçamento de dois mil e dezoito como orçamento de má herança. A meu ver esta, designação peca por defeito. Quando o fim de festa laranja se aproximava a olhos vistos para todos, incluindo para a própria gestão do PSD, e as contas municipais se assemelhavam ao naufrágio do Titanic, em desespero final, Celso Ferreira tudo tentou para que o seu sucessor fosse eleito. Continuou a carregar no acelerador das despesas quando as contas camarárias já se dirigiam a alta velocidade contra um pesado muro de betão. A dívida do nosso Município era gigantesca. Ninguém duvida que esta estratégia teve o apoio e concordância do já então candidato. Nunca se lhe ouviu qualquer desacordo ou desconforto com o rumo que as coisas estavam a tomar. Esteve sempre nas fotografias ao lado do chefe, sempre que era cortada uma fita ou assinado um protocolo, de forma a capitalizar alguma visibilidade e a tirar algum proveito da campanha eleitoral. Enquanto o barco afundava a orquestra da despesa e da dívida continua a tocar. Os tripulantes sorriam sempre com aquele ar de que a dita cidade inteligente tinha ficado confinada ao edifício dos Paços do Concelho e aos membros que então nos governavam. Só neste devaneio foi possível lançar, no ano de dois mil e dezassete, quinze milhões de euros em obras, e desses quinze milhões só dez por cento foram pagos, deixando o resto para os que vinham atrás, que não podem fechar a porta, mas têm que a manter aberta. É um clássico quem ganha dizer que não pode cumprir o que prometeu porque a situação económica e financeira é pior do que se pensava quando se alinhou as suas promessas. Paredes, infelizmente, e estou certo, com muita pena de quem nos governa, não poderá fugir à regra, mas há que denunciar que para além da opacidade das contas e das informações trocadas que sempre foram passadas, o desvario dos últimos anos transformou as contas do concelho numa caixinha de surpresas. O orçamento municipal para o investimento no próximo ano destina-se quase em exclusivo a pagar vinte e um vírgula cinco milhões de euros de dívidas contraídas em obras apressadas, muitas delas atabalhoadamente executadas, e uma pequena parcela de cerca de um vírgula três milhões para alguma emergência. Ainda do lado da despesa há que contar com mais encargos no futuro próximo, pois o dinheiro não vai aparecer milagrosamente. Terão de ser renegociadas as dívidas junto dos respetivos fornecedores, fazendo planos de liquidação e assumindo os encargos decorrentes desse atraso, e vemos que os encargos decorrentes desse atraso são mais do que os juros a pagar por contratos estabelecidos, o que vai onerar ainda mais as já vulneráveis contas Municipais. Perante este cenário brilhante, o candidato vencido das últimas*



eleições, e a meu ver um dos principais responsáveis por esta situação, teve a coragem de na reunião da Câmara Municipal onde foi aprovado este orçamento, afirmar que não descortinou uma única ideia que não fosse a de responsabilizar a gestão camarária anterior, e de atirar para o passado a falta de projetos e a falta de capacidade de gestão, e de chamar má herança. Com um passivo que em dois mil e dezoito vai chegar, certamente, a cento e vinte milhões de euros, é fácil dizer que não se tem ideias quanto ao dinheiro que existe, que não chega para pagar as dívidas de tantos ideólogos, que nos governaram nestes últimos anos. Ideias e projetos podem existir muitos, o PSD é que deixou a Câmara totalmente endividada e não deixou dinheiro para mais do que pagar as dívidas que contraíram. Esta é a verdade, por muito que lhes custe ouvir. É óbvio por demais que não há condições para diminuir a receita, para devolver aos paredenses, por via da redução de impostos, o seu dinheiro, que o PSD de forma irresponsável comprometeu para vários anos. Acresce que o estado em que a governação laranja deixou o concelho é de tal maneira caótico que a Inspeção Geral de Finanças no relatório que já tomamos conhecimento através desta Assembleia, proíbe a redução do IMI devido à anterior gestão, a qual, não cumpriu com os compromissos assumidos em matéria de redução de endividamento. Mais uma má herança. Os livros escolares estão praticamente pagos. Esta é a realidade. E agora a cereja no topo do bolo da vossa gestão camarária, 6 milhões de fundos comunitários retidos devido ao chamado OLAF, não o simpático e ternurento boneco de neve, mas o organismo europeu antifraude que o Jornal de Notícias trouxe à primeira página com o simpático título “Câmara de Paredes investigada por dar empreitadas a empresas amigas”. O simpático OLAF não queria certamente que as queridas empreitadas fossem parar a empresas inimigas da Câmara Municipal de Paredes de então, tendo o relatório final sido enviado para a Inspeção Geral de Finanças, com suspeitas de falsificação e corrupção, que terá levado também, à abertura de um inquérito por parte do Ministério Público, e à remessa do dossier para o Tribunal de Contas. Celso Ferreira, na altura, por mim inquirido nesta Assembleia, respondeu um pouco zangado que este processo daria bola, ou seja, zero. Mas para já a bola bateu na trave e até 6 milhões de euros a torneira está fechada e, obviamente, as dificuldades avolumam-se. Eu sugeria aqui ao Senhor Presidente, uma vez que é necessário dar uma garantia idónea, que desse a garantia do PSD em Paredes. Este é o orçamento possível, decorrente desta conjuntura. Ainda assim temos finalmente o aumento das transferências para as juntas de freguesia em dez por cento, coisa que sempre aqui pedi, mas que os Senhores Presidentes de Junta de então, votavam sempre a favor do orçamento e não ouvi nenhum pedir ao Senhor presidente que aumentasse as transferências. Um aumento dos



apoios sociais também está consignado e, acima de tudo, uma gestão mais rigorosa, para que a mudança com verdade seja uma realidade. Por isso o Partido Socialista vai votar favoravelmente este orçamento. -----

Ricardo Santos (PSD) – Referiu que o Partido Socialista usou ironia e gostou muito de brincar com a situação orçamental e do passado desta autarquia. Diz que decidiu usar do mesmo tom e contar uma peça de teatro, com o título de “*Camaleão – do laranja ao rosa, uma vida.*” Referindo-se ao programa que o Partido Socialista enviou aos Paredenses, enunciou: “*Compromissos: Vamos apoiar os jovens na criação de pequenas e médias empresas com seiscentos mil euros por ano*”. Referiu não saber onde está esse dinheiro tendo em conta a apresentação das contas da Câmara. Continuou: “ *vamos apoiar as famílias com ofertas de livros escolares até ao décimo segundo ano*”, referiu que falar no pagamento dos livros é o mesmo que falar no seu integral pagamento. Que pagar os livros escolares não é dar uma esmola. Afirmou que o Partido Socialista na Câmara Municipal de Paredes conseguiu desvirtuar totalmente o socialismo. Acrescentou haver medidas de que gosta particularmente, dando como exemplo o seguinte: “ *vamos apoiar a população sénior, a Câmara garantirá os medicamentos gratuitos para todos os maiores de 65 anos. Vamos baixar o IMI para o valor legal mais baixo – zero vírgula três*”. Continuou a sua explanação dizendo que se o Presidente da Câmara entende que o relatório da IGF não permite alterar a taxa de IMI, sendo um político, deveria assumir as consequências dessa alteração como aconteceu na Câmara de Paços de Ferreira. O seu presidente, também do Partido Socialista, teve a coragem de enfrentar as instâncias judiciais, e dizer que assume o risco político de manter o IMI na taxa mínima, em favor da sua população. Afirmou que o relatório refere também, que a dívida do Município de operações orçamentais diminuiu de forma muito significativa – oito vírgula um milhões - e que um orçamento reflete sempre a vontade política de um executivo. Adiantou que o orçamento é a máquina política que verte essa mesma vontade, e que este orçamento apenas castiga quem mais precisa, que é o povo de Paredes. Referiu ainda que há mais situações que o Partido Socialista não mencionou, nomeadamente a questão da derrama, que vai aumentar em trinta e sete vírgula cinco por cento, o que significa que políticas de apoio ao investimento e ao emprego não existem neste orçamento. Referiu que se prevê um aumento de mais de trinta por cento na rubrica “*Taxas, multas e outras penalidades*”, questionando o




Presidente da Câmara sobre a forma como pensa atingir esse objetivo. Por fim, relembra que e é sempre mais fácil ser oposição e que o difícil é tomar decisões e assumir responsabilidades, reiterando que o que este executivo afirma com este orçamento, é a falta de capacidade de defender o povo, garantindo que se o PSD fosse poder descia o IMI. -----

Concedida a defesa da honra do deputado Luís Rodrigues (CDS-PP) - Reportando-se ao início da intervenção do deputado Rui Silva, do Partido Socialista, afirmou: *“Não tenho por hábito depreciar as intervenções dos colegas deputados. Percebo que, eventualmente, se tenha sentido visado e isso lhe pese na consciência porque não sei se terá informado os camaradas do seu partido atual, que deixou de ser, e por isso eu falei no plural, que deixou de ser militante do CDS a vinte e sete de outubro de dois mil e dezassete, uma semana depois da tomada de posse. Não tenho saudades suas, e espero que também não tenha saudades minhas, e que seja feliz.”*. -----



Rui Silva (PS) - Em resposta à anterior intervenção, disse o seguinte: *“Senhor Jorge Silva, durante vinte anos que fui militante nunca o vi na sede do CDS. Pedi a suspensão de militante em junho, se não sabe, informe-se. Já vi que anda mal informado.”*. -----

Joaquim Bessa (PSD) - Pediu a palavra para interpelar a mesa sobre a forma como estava a decorrer a Assembleia. Referiu que inicialmente lhe estava a agradar a forma como estava a decorrer a Assembleia, mas que, com o decorrer dos trabalhos, se apercebeu que sempre que os colegas da bancada falam, eleva-se um barulho na sala, o que demonstra falta de respeito. Referiu que abandonaria os trabalhos se a situação se mantivesse. Aludiu a um episódio em que terá sido posto em causa quando abordou o tema da água e saneamento. Salientou que nos doze anos de que faz parte da Assembleia Municipal, nunca pôs em causa as intervenções de qualquer colega. Convidou o deputado que pôs em causa a sua intervenção a ler as atas dos mandatos anteriores e verificar quantas vezes já foi abordado esse tema nesta Assembleia. -----

Presidente da Câmara - Respondeu a todas as questões, começando por comentar a intervenção do deputado Cristiano Ribeiro. Afirmou que nunca disse que as obras eram supérfluas, muito menos necessárias, mas que, como em tudo na vida, havia necessidade de definir prioridades e conhecer a capacidade do Município para avançar com os projetos. Relativamente à questão da renegociação com a Be Water e do acampamento cigano, informa que, ultrapassada a questão da retenção de fundos comunitários, será




dada primazia às obras comparticipadas por esses mesmos fundos. Referiu que a Câmara poderá avançar com o realojamento da Comunidade Cigana ainda em dois mil e dezoito, assim como proceder ao alargamento da rede de água e saneamento, obras que só são exequíveis com recurso a fundos comunitários. Relativamente às intervenções dos deputados Franklim Silva e Meireles Brandão, referiu que compreende porque vieram dois médicos falar sobre o orçamento na medida em que considera ser caso para ficar em estado de choque. Disse que não poderia ter sido mais claro na sua apresentação, pelo que estranha que afirmem que não está justificado o estado da situação financeira da Câmara Municipal. Lembrou que o seu Executivo herdou vinte e um vírgula cinco milhões de euros de obras e que para as pagar a Câmara Municipal dispõe apenas de cerca de um milhão e trezentos. Também disse que esta verba poderá eventualmente aumentar se for possível vender algum património. Exemplificou com a compra do Pavilhão Municipal por um milhão e seiscentos mil euros, anunciado pela Câmara em fevereiro de 2017. Esta compra foi sinalizada com trezentos mil euros. Falta pagar um milhão duzentos e oitenta mil euros. Saliu que a totalidade da receita proveniente do FEF é necessária para o pagamento do pavilhão. Em resposta ao deputado Franklim Silva, afirmou não estar nada deprimido com situação pois encara-a como um grande desafio que não considera ser exclusivamente seu, mas de todos os eleitos. Tem esperança que, juntamente com os vereadores, os membros da Assembleia e os Presidentes de Junta se possa colmatar a situação. Afirmou serem os rostos a responder perante a população e que espera contar com o seu apoio na votação deste orçamento. Quanto às questões levantadas pelos deputados Soares Carneiro e Ricardo Santos, mais concretamente à intervenção do deputado Soares Carneiro, afirmou que se suspeitasse de alguma situação nebulosa a encaminharia para o Ministério Público como já aconteceu. Relativamente à questão da venda de participações sociais, disse quase poder afirmar que essas receitas serão inexistentes. Faz referência à questão da inflação das receitas, prática que criticou em sede de aprovação de orçamentos anteriores. Afirmou a este propósito, que chegou a apresentar uma queixa no Ministério Público em virtude de estarem inscritas verbas que não existiam, como é o caso da venda de edifícios escolares por vários milhões de euros sem que os mesmos se encontrassem no mercado para venda. O Ministério Público cingiu-se a uma informação de que não se tratava de matéria da sua competência pelo



que o processo teria sido encaminhado para o Tribunal de Contas. Respondendo à questão colocada, disse ser esta a razão porque afirma existir um buraco de vinte milhões de euros. Em orçamentos anteriores obteve-se zero euros da receita prevista pela venda de participações sociais se obteve zero euros. Afirmou que há receita prevista que não será possível arrecadar, facto que assume. Relativamente à questão da entrega de um bem de garantia para podermos receber os seis milhões de euros, fez questão de clarificar que a Câmara Municipal foi intimada pela CCDR para devolver seis milhões de euros, por penalizações que lhe foram aplicadas relativas a fraudes detetadas aquando da construção dos Centros Escolares, nomeadamente quando o autor dos projetos de arquitetura era quem fiscalizava a obra e quando as despesas com arranjos exteriores eram fracionadas. Devido a essa penalização o dinheiro fica retido sempre que se apresenta uma candidatura. Informou que no mês de janeiro pretende apresentar uma providência cautelar para que essa verba seja desbloqueada e entregue ao Município, dando um bem como garantia. Esclareceu que só após este procedimento, poderá haver novas candidaturas. É também necessário garantir que a Câmara Municipal reúna condições de assegurar o pagamento do remanescente do valor candidatado. Relativamente à intervenção do deputado Ricardo Santos, referiu que apesar de todas as dificuldades, no orçamento estão previstas verbas para o apoio ao empreendedorismo. Informou que serão concedidas isenções de IMT e de IMI, e que os apoios sociais também estão previstos. Reitera que o seu executivo acrescentou um milhão e meio de euros porque há investimentos que, obrigatoriamente, vão ter que ser feitos para cumprir a legislação. Exemplificou com o tratamento que tem que ser dado aos animais abandonados. A partir do próximo ano não será permitido eutanasiar animais. Esta situação vai obrigar a um investimento, quer para fomentar a adoção, quer para o tratamento e vacinação, quer também, para melhoria das instalações do canil municipal. Informou também que está reservada uma verba para cumprimento da nova legislação saída em agosto sobre a Proteção Civil. -----

Colocado o assunto a votação, -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DELIBEROU, POR MAIORIA, COM VINTE E QUATRO



VOTOS A FAVOR E VINTE E UMA ABSTENÇÕES, OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2018, CONFORME FOLHA DE VOTAÇÃO QUE SE ANEXA. -----

Declarações de voto: -----

Deputado Ricardo Santos (PSD) – *“Assumindo a responsabilidade que o PSD sempre teve no concelho de Paredes, a bancada do PSD absteve-se nesta votação porque embora não concordando com este orçamento do Partido Socialista, que não cumpre as promessas eleitorais nem incorpora as propostas dos Vereadores do PSD, não precisamos que no futuro o Partido Socialista tenha novamente desculpas para não descer o IMI.”*. -----


Deputado Cristiano Ribeiro (CDU) – *“A bancada da CDU votou a favor, e esta decisão, este voto, deve ser interpretado como um sinal que queremos deixar expresso ao Executivo de que estamos cá para avaliar e eventualmente corrigir no futuro esta nossa orientação, sendo certo que compreendemos alguns dos pressupostos que foram expostos e com os quais, diremos que uma atitude responsável só pode ser sensível e, portanto, em futuros orçamentos procederemos em conformidade com a evolução. Não é um salto no escuro, é uma afirmação coerente com algumas atitudes que tivemos em relação aos executivos do PSD e que foram tão mal interpretados por alguns setores mais radicais atualmente no poder.”*. -----

4 - PROPOSTA PARA A CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO PARA O ANO DE 2018 ATÉ AO MONTANTE DE 2.500.000,00 EUROS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à Assembleia uma proposta para a contração de empréstimo de curto prazo para o ano de 2018 até ao montante de 2.500.000,00 euros, a qual foi previamente remetida a todos os membros deste Órgão. -----

Colocado o assunto a votação, -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A



PROPOSTA PARA A CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO PARA O ANO DE 2018 ATÉ AO MONTANTE DE 2.500.000,00 EUROS CONFORME FOLHA DE VOTAÇÃO QUE SE ANEXA. -----

5 - PROPOSTA PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA APLICAÇÃO NA LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DE OUTROS EMPRÉSTIMOS EM VIGOR EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO


Foi presente à Assembleia, para aprovação, uma proposta para contração de empréstimo de médio e longo prazo para aplicação na liquidação antecipada de outros empréstimos em vigor em 31 de dezembro de 2016, a qual foi previamente enviada a todos os membros deste Órgão. -----

Inscreveram-se os deputados: Ricardo Santos e João Reis. -----

Ricardo Santos (PSD) - Solicitou um esclarecimento acerca do valor que o Município irá pagar a mais no final deste empréstimo comparativamente ao que é pago atualmente. ----

-João Reis (PS) - Referiu que tal como explicou o Presidente da Câmara, foram contraídas dívidas ao longo dos últimos anos, para cuja liquidação foram contraídos outros tantos empréstimos com pressupostos que, mais tarde, se verificou não serem cumpridos. Referiu pretender-se agora, congregar toda a dívida num único empréstimo com melhores condições. Observou que o prazo será mais alargando e a uma taxa de juro mais vantajosa, resultando numa poupança anual de cerca de um milhão de euros. Referiu que esta poupança permitirá libertar meios para que a Câmara possa continuar em funções, porque conseguirá pagar o valor mensal. -----

Presidente da Câmara Municipal - Esclareceu que a resposta à questão colocada pode ser encontrada na página sete do documento em análise. Esclareceu, também, que este empréstimo se destina à substituição de três empréstimos existentes, um no valor de vinte e nove milhões, outro de duzentos e trinta mil e um outro de seiscentos e trinta e um milhões de euros e que, mantendo-se a taxa de juro, se prevê uma poupança de um milhão trezentos e vinte e nove mil euros por ano. Acrescentou que no final do prazo, às



taxas atuais, os empréstimos existentes iriam totalizar trinta e dois milhões quatrocentos e cinquenta e um mil euros, e que este empréstimo com uma taxa mais baixa, apesar de aumentado o prazo, totalizará um pouco mais (trinta e dois milhões novecentos e sessenta e cinco mil euros) no total. Não obstante, salientou, que esta operação permitirá desafogar a contabilidade para fazer face à situação atual. -----

Colocado o assunto a votação, -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA APLICAÇÃO NA LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DE OUTROS EMPRÉSTIMOS EM VIGOR EM TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS CONFORME FOLHA DE VOTAÇÃO QUE SE ANEXA. -----



Declarações de voto: -----

Ricardo Santos (PSD) - *“Queremos registar que há um documento informativo no documento do endividamento, em que diz claramente que a dívida total do Município são cinquenta e três milhões de euros e não cem como tantas vezes se falou durante a campanha, e que a capacidade de endividamento do Município tem uma diferença de quase cinco milhões de euros.”*. -----

6 - MINUTA DA ESCRITURA DE COMPRA E VENDA DOS PRÉDIOS QUE INTEGRAM A ANTIGA ZONA DESPORTIVA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à Assembleia a minuta da escritura de compra e venda dos prédios que integram a Antiga Zona Desportiva, a qual foi previamente enviada a todos os membros deste Órgão. -----

Colocado o assunto a votação, -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM QUARENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO, APROVAR A MINUTA DA ESCRITURA DE COMPRA E VENDA DOS PRÉDIOS QUE INTEGRAM A ANTIGA ZONA DESPORTIVA, CONFORME FOLHA DE VOTAÇÃO QUE SE ANEXA. -----

Declarações de voto: -----

Luís Rodrigues (CDS-PP) – *“O CDS absteve-se neste ponto porque a minuta, pejada de espaços em branco, conforme nos foi demonstrado, revela alguma opacidade. Não compreendemos porque é que durante o corrente ano de 2017 nunca foi questionada a questão do visto prévio do Tribunal de Contas, nunca foi questionado o facto da aquisição não ter sido previamente deliberada por esta Assembleia, a que título é que a Câmara pagou mais 200 mil euros que o valor base da oferta e porque é que o PDM continua como área residencial de alta densidade naquela zona.”*. -----

7 - ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à Assembleia, para aprovação, o documento relativo à organização dos Serviços Municipais, o qual foi previamente remetido a todos os membros deste órgão. ---

Colocado a assunto a votação, -----


A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM VINTE E QUATRO VOTOS A FAVOR E VINTE E UMA ABSTENÇÕES, APROVAR A ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS CONFORME FOLHA DE VOTAÇÃO QUE SE ANEXA. --

Declarações de voto: -----

Luís Rodrigues (CDS-PP) – *“O CDS absteve-se neste ponto pelo seguinte: De facto é necessário fazer uma reestruturação dos serviços municipais, mas não é claro da proposta que foi apresentada*







se a mesma é para reaproveitar os recursos humanos já existentes e potenciá-los, se é para eventualmente recrutar serviços externos e ser usada uma politica semelhante à que foi criticada no executivo anterior.”. -----

8 - CONSTITUIÇÃO DE JÚRI PARA CARGOS DIRIGENTES INTERMÉDIOS DE 3º GRAU - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO


Foi presente à Assembleia, para aprovação, a constituição de júri para cargos dirigentes intermédios de 3º grau, o qual foi previamente remetido a todos os membros deste Órgão.

Colocado o assunto a votação, -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM QUARENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO, APROVAR A CONSTITUIÇÃO DE JÚRI PARA CARGOS DIRIGENTES INTERMÉDIOS DE 3º GRAU CONFORME FOLHA DE VOTAÇÃO QUE SE ANEXA. -----

9 - INDICAÇÃO DE UM MEMBRO DE CADA BANCADA PARLAMENTAR PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE

Foi presente à Assembleia, uma informação com o número de identificação do processo geral setenta mil oitocentos e seis, datada de vinte e três do passado mês de novembro, a qual foi previamente remetida a todos os membros deste Órgão para que, nos termos da alínea b) do artigo quinto do Regulamento do Conselho Municipal da Juventude do concelho de Paredes, publicado no Diário da República, segunda série, número duzentos e quarenta e seis, de vinte de dezembro do ano de dois mil e doze, cada partido ao grupo de cidadão eleitores representados nesta Assembleia, indiquem um elemento para integrar o referido Conselho.-----



Foram indicados, pelos partidos políticos com representação na Assembleia Municipal do Concelho de Paredes, os seguintes elementos, que passarão a integrar o Conselho Municipal da Juventude: -----

EM REPRESENTAÇÃO DA CDU, O DEPUTADO CRISTIANO MANUEL SOARES RIBEIRO; EM REPRESENTAÇÃO DO PS, A DEPUTADA SARA CECILIA PINHO LEAL; EM REPRESENTAÇÃO DO PSD, O DEPUTADO MANUEL JOSÉ BARBOSA GOMES; E, EM REPRESENTAÇÃO DO CDS-PP, O DEPUTADO ANTÓNIO MACEDO DE LEMOS. -

10 - PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL - ONIRAM - SOC. CONSTRUTORA MAQ. IND., LDA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO


Foi presente à Assembleia, para aprovação, o processo de reconhecimento de interesse público Municipal da Empresa Oniram - Soc. Construtora Maq. Ind, Lda, o qual foi previamente enviado a todos os membros deste Órgão. -----

Inscreveu-se o deputado Cristiano Ribeiro. -----

Cristiano Ribeiro (CDU) - Referiu que, em coerência com atitudes do passado, e perante situações semelhantes, a CDU declara que estas declarações de interesse público municipal são instrumentos desadequados. Justificou a sua afirmação com o facto de se pretender legitimar ou legalizar situações que não competem à Assembleia e que, independentemente do mérito de cada empresa em particular, que não questiona, considera que este conceito de interesse público municipal não colhe a sua concordância, razão da abstenção da CDU. -----

Colocado o assunto a votação, -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM QUARENTA VOTOS



A FAVOR, UM VOTO CONTRA E TRÊS ABSTENÇÕES, APROVAR O PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL - ONIRAM - SOC. CONSTRUTORA MAQ. IND., LDA. CONFORME FOLHA DE VOTAÇÃO QUE SE ANEXA. -----

12 - ALTERAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE INVESTIMENTO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PAREDES E A EMPRESA MANITOWOC CRANE GROUP PORTUGAL, LDA. - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à Assembleia uma proposta de alteração da minuta do contrato de investimento celebrado entre o município de paredes e a empresa Manitowoc Crane Group Portugal, Lda, a qual foi previamente enviada a todos os Senhores membros deste Órgão. -----

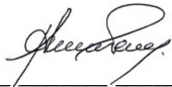

Colocado o assunto a votação, -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ALTERAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE INVESTIMENTO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PAREDES E A EMPRESA MANITOWOC CRANE GROUP PORTUGAL, LDA CONFORME FOLHA DE VOTAÇÃO QUE SE ANEXA. -----

12 - PROPOSTA DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO PELO MUNICÍPIO À EMPRESA GUARNIÇÃO, LDA.- PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à Assembleia, uma proposta de concessão de incentivos ao investimento pelo município à empresa Guarnição, Lda, a qual foi previamente remetida a todos os membros deste Órgão. -----

Inscreeveu-se o deputado Cristiano Ribeiro: -----

Cristiano Ribeiro (CDU) - Referiu que de forma diferenciada em relação às propostas de declaração de interesse municipal, não vê inconveniente na concessão destes incentivos. Solicitou esclarecimento relativamente aos custos desta iniciativa. -----

Presidente Câmara esclareceu que a resposta à questão colocada está plasmada na página dois do documento enviado aos membros da Assembleia. Observou que este caso se refere a uma empresa que labora em instalações arrendadas junto à Zona Industrial de Parada/Baltar e pretende adquirir novas instalações em Sobrosa. Referiu que o Município irá conceder a isenção de IMT na compra da fábrica e garantir, pelos investimentos que vai fazer e porque se vai manter em Paredes, a isenção de IMI durante cinco anos. Revelou que será também concedida a isenção de derrama, o que poderá totalizar um incentivo de oitenta e oito mil euros, um esforço que entende ser justificado pela manutenção da empresa no Concelho de Paredes. -----



Colocado o assunto a votação, -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO PELO MUNICÍPIO À EMPRESA GUARNIÇÃO, LDA. CONFORME FOLHA DE VOTAÇÃO QUE SE ANEXA. -----

13 - PROPOSTA DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO PELO MUNICÍPIO À EMPRESA FIBROMADE - DOMINGOS BARROS, FOLHAS DE MADEIRA, SA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à Assembleia, a proposta de concessão de incentivos pelo Município à empresa Fibromade - Domingos Barros, Folhas de madeira, S.A., a qual foi previamente enviada a todos os membros deste Órgão. -----

Colocado o assunto a votação, -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO PELO MUNICÍPIO À EMPRESA FIBROMADE - DOMINGOS BARROS, FOLHAS DE MADEIRA, SA. CONFORME FOLHA DE VOTAÇÃO QUE SE ANEXA-----



14 - CONDOMÍNIO CENTRO COMERCIAL VALE DO SOUSA - PEDIDO DE ISENÇÃO EXCEPCIONAL DO PAGAMENTO DAS TAXAS INERENTES À LICENÇA DE OBRAS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à Assembleia, para aprovação, um pedido de isenção excepcional do pagamento das taxas inerentes à licença de obras, apresentado pelo Condomínio do Centro Comercial Vale do Sousa, o qual foi previamente enviado a todos os membros deste Órgão. -----

Inscreveu-se o deputado Cristiano Ribeiro. -----

Cristiano Ribeiro (CDU) - Referiu não gostar da palavra *excepcional*, entendendo que o *excepcional* dá sempre para muita coisa. Quis saber qual a diferença deste processo, sendo certo ser do conhecimento geral que se trata de um edifício bastante degradado. Lembrou a existência de interesses de proprietários e de comerciantes, não se sabendo qual a sua solução. Alertou para o facto de, no futuro, outros condomínios poderem solicitar idênticas isenções, o que fará que as exceções criadas, rapidamente se traduzam em receitas cada vez mais reduzidas. Disse não encontrar neste projeto de reconstrução ou reabilitação urbana motivo de interesse público municipal, razão pela qual a CDU se absterá. -----

Presidente da Câmara - Esclareceu que o que está em causa é o pagamento de cerca de sete mil euros de taxas e que se trata de um edifício localizado na entrada da Cidade que se pretende que tenha uma boa imagem. Esclareceu que, o Condomínio prevê um investimento de cerca de quatrocentos mil euros, sendo que e no exterior, o edifício vai



sofrer uma alteração de embelezamento que se enquadra na paisagem da cidade. Revelou que no interior daquele edifício, serão construídas novas casas de banho e será alterado o pavimento. Lembrou que a maioria dos estabelecimentos se encontram desocupada há muito tempo e que existe dificuldade em suportar as despesas das obras. Refere ainda ser sua intenção reunir com os proprietários das lojas no sentido de se encontrarem soluções que possam conferir alguma vida ao interior do edifício, pelo que entende ser interessante para o concelho, revitalizar aquele cento comercial. -----

Colocado o assunto a votação, -----


A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELEBEROU, POR MAIORIA, COM QUARENTA E TRÊS VOTOS A FAVOR E DUAS ABSTENÇÕES O PEDIDO DE ISENÇÃO EXCEPCIONAL DO PAGAMENTO DAS TAXAS INERENTES À LICENÇA DE OBRAS, APRESENTADO PELO CONDOMÍNIO DO CENTRO COMERCIAL VALE DO SOUSA CONFORME FOLHA DE VOTAÇÃO QUE SE ANEXA. -----

PERÍODO DA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Solicitaram a palavra os senhores: Joaquim Ventura, administrador do condomínio do Centro Comercial Vale do Sousa, David Barros, residente em Vilela, na qualidade de Presidente da Associação de Pais da Escola Secundária de Vilela e Álvaro Pinto, residente em Parada de Todeia. -----

Joaquim Ventura - Referiu ser o autor do pedido de isenção excepcional das taxas inerentes à licença de Obras, discutida no ponto catorze da Ordem do Dia e aproveitou para agradecer, em nome de todos os condóminos do Centro Comercial Vale do Sousa, a boa vontade e ajuda do Município no referido processo. -----

David Barros - Questionou o Presidente da Câmara acerca da mudança de designação do Agrupamento de Escolas de Vilela. Afirmou que esta mudança foi sugerida numa reunião do Conselho Geral, maioritariamente composto por elementos de Rebordosa, com o pretexto desta ser uma cidade sociocultural mais desenvolvida do que Vilela. Disse que



quando tornados públicos os argumentos então apresentados provocaram na população de Vilela um sentimento de inferioridade e revolta. Lembrou que o Presidente da Câmara, enquanto candidato, sempre afirmou que não permitiria a mudança de nome do Agrupamento de Escolas em causa. O próprio Vereador da Educação, com quem reuniu, se mostrou inicialmente desconhecedor de tal procedimento. Manifestou a sua surpresa com a decisão, uma vez que, anteriormente, o Presidente da Câmara terá afirmado publicamente que não faria tal mudança em caso de vitória. Manifestou dúvidas sobre o verdadeiro fundamento desta mudança bem como dos custos que esta alteração acarreta. Questionou se tais custos ficarão a cargo do Município ou de quem sugeriu a mudança. Recordou que o principal responsável por esta mudança, o Presidente da CELER de Rebordosa, já não faz parte do Conselho Geral. Acrescentou que existe a necessidade de mudança de designação de um estabelecimento que alberga alunos de Vilela, Rebordosa, Sobrosa, Lordelo e Cristelo, então se opte por uma designação neutra e que dignifique o Concelho de Paredes. -----

Álvaro Pinto - Felicitou o Presidente da Assembleia pelas novas funções que desempenha, reconhecendo o seu esforço em tentar conferir dignidade ao Órgão. Questionou o Presidente da Câmara sobre se considera a possibilidade de pedir um novo empréstimo que permita liquidar as dívidas existentes com empreiteiros. Disse que assim evitaria o pagamento de juros de mora o que estabilizaria as contas do Município. Questionou também se, em função daquilo que a Câmara pode recuperar financeiramente no decurso do ano de dois mil e dezoito, equaciona apresentar um orçamento retificativo que permita, no Plano Plurianual de Investimentos, apontar um caminho que vá de encontro aos compromissos assumidos durante a campanha eleitoral. -----

Relativamente à questão levantada por Álvaro Pinto, o **Presidente da Câmara** referiu que o Orçamento de Estado para dois mil e dezoito permite a contração de empréstimos de saneamento financeiro. Salientou que essa solução dependerá do Tribunal de Contas e que, considerando o estado de endividamento da Câmara, não lhe parece viável obter o necessário visto. Afirmou que essa solução faria todo o sentido, porquanto montante a depender com os juros do empréstimo, seria sempre inferior ao necessário para o pagamento de juros de mora e que o Município não deixará de estar atento a essa possibilidade. -----



Relativamente à questão colocada por David Barros, esclareceu nunca ter dito que iria passar o Agrupamento de Escolas de Vilela para Rebordosa, deixando claro que a sede do Agrupamento é na Escola Secundária de Vilela. Garantiu que no que depender de si, vai continuar ali instalado. Afirmou que o que está previsto na proposta de alteração de designação foi votado favoravelmente pelo Presidente da Associação de Pais à época. De seguida leu parte dessa intervenção, que diz que a proposta tinha razão de ser. Concordou que a argumentação era um pouco excessiva e não era necessário rebaixar a freguesia de Vilela. Referiu que o que está em causa, é o facto de existir um Agrupamento que abrange escolas de Vilela e Rebordosa, parecendo-lhe ser de elementar justiça que a sua designação abarque o nome de ambas as freguesias. Observou que, a freguesia de Vilela tem a mesma dignidade que têm outras freguesias, deixando claro que o seu compromisso é, ao contrário do que foi dito durante a campanha eleitoral, o de que o Agrupamento de Escolas continue sediado na freguesia de Vilela. -----

--- E nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Presidente da mesa, foram encerrados os trabalhos sendo uma hora e quarenta e cinco minutos do dia 23 de dezembro de dois mil e dezoito. -----

---E para constar se lavrou a presente que, depois de lida e achada conforme vai ser assinada. -----

--- E eu, Verónica de Brito Castro, Chefe da Divisão Administrativa a redigi e assino conjuntamente com Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

Baptista Pereira, Dr.



CÂMARA MUNICIPAL
PAREDES

Jenúcio Pinheiro

Uesley



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PAREDES
FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2017/12/22

PROPOSTA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM DE 2017/09/14

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS			X
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS			X
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS			X
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
José Henriques Soares	PS			X
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS			X
José Carlos Moreira da Silva	PS			X
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Jorge Manuel Martins Jorge a)	PPD/PSD			X
Cristiano Marques da Costa a)	PPD/PSD			X
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD			X
Paula Maria Barbosa da Silva d)	PPD/PSD			X
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Letícia Daniela Moreira de Sousa a)	PPD/PSD			X
Joaquim António Meireles Brandão	PPD/PSD	X		
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD			X
Luís Jorge Ribeiro Costa Coelho Rodrigues a)	CDS-PP	X		
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS			X
José Manuel Ferreira Moreira	PS			X
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS			X
José Alberto Lima Gonçalves b)	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS			X
Paulo Faustino Ribeiro Pinheiro a)	PPD/PSD			X
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD			X
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD			X
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD			X
Albertino Borges da Silva	CDU	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
- b) em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento da titular do cargo

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PAREDES
FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2017/12/22

PROPOSTA DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM DE
2017/10/21

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joãoquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
José Henriques Soares	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Jorge Manuel Martins Jorge a)	PPD/PSD			X
Cristiano Marques da Costa a)	PPD/PSD			X
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Paula Maria Barbosa da Silva d)	PPD/PSD	X		
Joãoquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Letícia Daniela Moreira de Sousa a)	PPD/PSD	/		X
Joãoquim António Meireles Brandão	PPD/PSD			X
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	X		
Luís Jorge Ribeiro Costa Coelho Rodrigues a)	CDS-PP	X		
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
José Alberto Lima Gonçalves b)	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Paulo Faustino Ribeiro Pinheiro b)	PPD/PSD			X
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	X		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD	X		
Albertino Borges da Silva	CDU	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
- b) em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento da titular do cargo

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PAREDES
FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2017/12/22

PROPOSTA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM DE 2017/11/23

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
José Henriques Soares	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Jorge Manuel Martins Jorge a)	PPD/PSD			X
Cristiano Marques da Costa a)	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Paula Maria Barbosa da Silva d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Letícia Daniela Moreira de Sousa a)	PPD/PSD			X
Joaquim António Meireles Brandão	PPD/PSD	X		
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	X		
Luís Jorge Ribeiro Costa Coelho Rodrigues a)	CDS-PP	X		
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
José Alberto Lima Gonçalves b)	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Paulo Faustino Ribeiro Pinheiro a)	PPD/PSD			X
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	X		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD	X		
Albertino Borges da Silva	CDU	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
 b) em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
 c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
 d) Por renúncia do titular do cargo
 e) Por falecimento da titular do cargo

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PAREDES
FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2017/12/22

3- DOCUMENTOS PROVISIONAIS PARA O ANO DE 2018

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
José Henriques Soares	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD			X
Jorge Manuel Martins Jorge a)	PPD/PSD			X
Cristiano Marques da Costa a)	PPD/PSD			X
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD			X
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD			X
Paula Maria Barbosa da Silva d)	PPD/PSD			X
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD			X
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD			X
Letícia Daniela Moreira de Sousa a)	PPD/PSD			X
Joaquim António Meireles Brandão	PPD/PSD			X
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD			X
Luís Jorge Ribeiro Costa Coelho Rodrigues a)	CDS-PP			X
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
José Alberto Lima Gonçalves b)	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Paulo Faustino Ribeiro Pinheiro b)	PPD/PSD			X
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD			X
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD			X
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD			X
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			X
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD			X
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD			X
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD			X
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD			X
Albertino Borges da Silva	CDU	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
 b) em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
 c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
 d) Por renúncia do titular do cargo
 e) Por falecimento da titular do cargo

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1º Secretário

2º Secretário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PAREDES
FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2017/12/22

4- PROPOSTA PARA A CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PARZO PARA O ANO DE 2018 ATÉ AO MONTANTE DE 2.500.000 EUROS

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
José Henriques Soares	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Jorge Manuel Martins Jorge a)	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa a)	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Paula Maria Barbosa da Silva d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Letícia Daniela Moreira de Sousa a)	PPD/PSD	X		
Joaquim António Meireles Brandão	PPD/PSD	X		
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	X		
Luís Jorge Ribeiro Costa Coelho Rodrigues a)	CDS-PP	X		
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
José Alberto Lima Gonçalves b)	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Paulo Faustino Ribeiro Pinheiro b)	PPD/PSD	X		
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	X		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD	X		
Albertino Borges da Silva	CDU	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
 b) em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
 c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
 d) Por renúncia do titular do cargo
 e) Por falecimento da titular do cargo

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PAREDES
FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2017/12/22

5- PROPOSTA PARA A CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZO PARA APLICAÇÃO NA LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DE OUTROS EMPRÉSTIMOS EM VIGOR EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
José Henriques Soares	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Jorge Manuel Martins Jorge a)	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa a)	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Paula Maria Barbosa da Silva d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Letícia Daniela Moreira de Sousa a)	PPD/PSD	X		
Joaquim António Meireles Brandão	PPD/PSD	X		
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	X		
Luís Jorge Ribeiro Costa Coelho Rodrigues a)	CDS-PP	X		
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
José Alberto Lima Gonçalves b)	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Paulo Faustino Ribeiro Pinheiro b)	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	X		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD	X		
Albertino Borges da Silva	CDU	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
 b) em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
 c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
 d) Por renúncia do titular do cargo
 e) Por falecimento da titular do cargo

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PAREDES
FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2017/12/22

6- MINUTA DA ESCRITURA DE COMPRA E VENDA DOS PRÉDIOS QUE INTEGRAM A ANTIGA ZONA DESPORTIVA

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
José Henriques Soares	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Jorge Manuel Martins Jorge a)	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa a)	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Paula Maria Barbosa da Silva d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Letícia Daniela Moreira de Sousa a)	PPD/PSD	X		
Joaquim António Meireles Brandão	PPD/PSD	X		
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	X		
Luís Jorge Ribeiro Costa Coelho Rodrigues a)	CDS-PP			X
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
José Alberto Lima Gonçalves b)	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Paulo Faustino Ribeiro Pinheiro b)	PPD/PSD			
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	X		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD	X		
Albertino Borges da Silva	CDU	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
 b) em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
 c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
 d) Por renúncia do titular do cargo
 e) Por falecimento da titular do cargo

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



**ROTA DOS
MÓVEIS**

*** ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES**
Parque José Guilherme
4580-130 Paredes
Tel.: 255 788 800/20
Fax: 255 782 155
assembleia.municipal@cm-paredes.pt

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PAREDES
FOLHA DE VOTAÇÃO

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2017/12/22**

7- ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
José Henriques Soares	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD			X
Jorge Manuel Martins Jorge a)	PPD/PSD			X
Cristiano Marques da Costa a)	PPD/PSD			X
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD			X
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD			X
Paula Maria Barbosa da Silva d)	PPD/PSD			X
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD			X
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD			X
Letícia Daniela Moreira de Sousa a)	PPD/PSD			X
Joaquim António Meireles Brandão	PPD/PSD			X
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD			X
Luís Jorge Ribeiro Costa Coelho Rodrigues a)	CDS-PP			X
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
José Alberto Lima Gonçalves b)	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Paulo Faustino Ribeiro Pinheiro b)	PPD/PSD			X
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD			X
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD			X
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD			X
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD			X
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD			X
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD			X
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD			X
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD			X
Albertino Borges da Silva	CDU	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
b) em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1º Secretário

2º Secretário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PAREDES
FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2017/12/22

8- CONSTITUIÇÃO DE JÚRI PARA CARGOS DIRIGENTES INTERMÉDIOS DE TERCEIRO GRAU

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
José Henriques Soares	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Jorge Manuel Martins Jorge a)	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa a)	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Paula Maria Barbosa da Silva d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Letícia Daniela Moreira de Sousa a)	PPD/PSD	X		
Joaquim António Meireles Brandão	PPD/PSD	X		
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	X		
Luís Jorge Ribeiro Costa Coelho Rodrigues a)	CDS-PP			X
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
José Alberto Lima Gonçalves b)	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Paulo Faustino Ribeiro Pinheiro b)	PPD/PSD	X		
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	X		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD	X		
Albertino Borges da Silva	CDU	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
- b) em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento da titular do cargo

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PAREDES
FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2017/12/22

10- PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL- ONIRAM-SOCIEDADE
CONSTRUTORA MÁQUINAS INDUSTRIAIS LDA

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
José Henriques Soares	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Jorge Manuel Martins Jorge a)	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa a)	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Paula Maria Barbosa da Silva d)	PPD/PSD	X		X
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Letícia Daniela Moreira de Sousa a)	PPD/PSD	X		
Joaquim António Meireles Brandão	PPD/PSD	X		
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	X		
Luís Jorge Ribeiro Costa Coelho Rodrigues a)	CDS-PP		X	
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU			X

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
José Alberto Lima Gonçalves b)	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Paulo Faustino Ribeiro Pinheiro b)	PPD/PSD	X		
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	X		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD			X
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD	X		
Albertino Borges da Silva	CDU			X

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
- b) em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento da titular do cargo

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



**ROTA DOS
MÓVEIS**

*** ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES**
Parque José Guilherme
4580-130 Paredes
Tel.: 255 788 800/20
Fax: 255 782 155
assembleia.municipal@cm-paredes.pt

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PAREDES
FOLHA DE VOTAÇÃO

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2017/12/22**

11- ALTERAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE INVESTIMENTO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PAREDES E A EMPRESA MANITOWOC CRANE GROUP PORTUGAL LDA

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
José Henriques Soares	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Jorge Manuel Martins Jorge a)	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa a)	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Paula Maria Barbosa da Silva d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Letícia Daniela Moreira de Sousa a)	PPD/PSD	X		
Joaquim António Meireles Brandão	PPD/PSD	X		
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	X		
Luís Jorge Ribeiro Costa Coelho Rodrigues a)	CDS-PP	X		
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
José Alberto Lima Gonçalves b)	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Paulo Faustino Ribeiro Pinheiro b)	PPD/PSD	X		
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	X		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD	X		
Albertino Borges da Silva	CDU	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
b) em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
d) Por renúncia do titular do cargo
e) Por falecimento da titular do cargo

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



**ROTA DOS
MÓVEIS**

*** ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES**
Parque José Guilherme
4580-130 Paredes
Tel.: 255 788 800/20
Fax: 255 782 155
assembleia.municipal@cm-paredes.pt

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PAREDES
FOLHA DE VOTAÇÃO

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2017/12/22**

**12- PROPOSTA DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO PELO MUNICÍPIO À EMPRESA
GUARNIÇÃO LDA**

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
José Henriques Soares	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Jorge Manuel Martins Jorge a)	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa a)	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Paula Maria Barbosa da Silva d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Letícia Daniela Moreira de Sousa a)	PPD/PSD	X		
Joaquim António Meireles Brandão	PPD/PSD	X		
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	X		
Luís Jorge Ribeiro Costa Coelho Rodrigues a)	CDS-PP	X		
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
José Alberto Lima Gonçalves b)	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Paulo Faustino Ribeiro Pinheiro b)	PPD/PSD	X		
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	X		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD	X		
Albertino Borges da Silva	CDU	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
- b) em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento da titular do cargo

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PAREDES
FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2017/12/22

13- PROPOSTA DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO PELO MUNICÍPIO À EMPRESA FIBROMADE-DOMINGOS BARROS, FOLHAS DE MADEIRA S.A.

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
José Henriques Soares	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Jorge Manuel Martins Jorge a)	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa a)	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Paula Maria Barbosa da Silva d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Letícia Daniela Moreira de Sousa a)	PPD/PSD	X		
Joaquim António Meireles Brandão	PPD/PSD	X		
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	X		
Luís Jorge Ribeiro Costa Coelho Rodrigues a)	CDS-PP	X		
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
José Alberto Lima Gonçalves b)	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Paulo Faustino Ribeiro Pinheiro b)	PPD/PSD	X		
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	X		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD	X		
Albertino Borges da Silva	CDU	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
- b) em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento da titular do cargo

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PAREDES
FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2017/12/22

14- CONDOMÍNIO DO CENTRO COMERCIAL VALE DO SOUSA – PEDIDO DE ISENÇÃO EXCECIONAL DO PAGAMENTO DAS TAXAS INERENTES À LICENÇA DE OBRAS

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
José Alberto de Sousa	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Rui José Fernandes da Silva	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	PS	X		
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva	PS	X		
José Henriques Soares	PS	X		
Andreia Filipa Mendes Silva	PS	X		
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X		
José Carlos Moreira da Silva	PS	X		
Alberto Luís Mourão Soares Carneiro	PPD/PSD	X		
Jorge Manuel Martins Jorge a)	PPD/PSD	X		
Cristiano Marques da Costa a)	PPD/PSD	X		
Ricardo José Moreira dos Santos	PPD/PSD	X		
Manuel de Almeida Vieira	PPD/PSD	X		
Paula Maria Barbosa da Silva d)	PPD/PSD	X		
Joaquim Moreira de Bessa	PPD/PSD	X		
Manuel José Barbosa Gomes	PPD/PSD	X		
Letícia Daniela Moreira de Sousa a)	PPD/PSD	X		
Joaquim António Meireles Brandão	PPD/PSD	X		
Luís Carlos da Costa Baltar	PPD/PSD	X		
Luís Jorge Ribeiro Costa Coelho Rodrigues a)	CDS-PP	X		
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	/		X

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Fernando Gonçalo de Sousa Santos	PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira	PS	X		
Jorge Manuel Ferreira Coelho	PS	X		
José Alberto Lima Gonçalves b)	PS	X		
Antónia Salomé da Silva Santos	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Paulo Faustino Ribeiro Pinheiro b)	PPD/PSD	X		
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PPD/PSD	X		
Carlos Franclim Moreira da Silva	PPD/PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PPD/PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PPD/PSD	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra	PPD/PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PPD/PSD	X		
Américo Manuel de Oliveira e Castro	PPD/PSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva	PPD/PSD	X		
Albertino Borges da Silva	CDU			X

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a atual redação
- b) em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento da titular do cargo

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário